

O CRÉDITO RURAL: AS AMBIGUIDADES DA MODERNIZAÇÃO
(Uma Avaliação Sócio-Política e Econômica)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

O CRÉDITO RURAL: AS AMBIGÜIDADES DA MODERNIZAÇÃO
(Uma Avaliação Sôcio-Política e Econômica)

GERALDO TARGINO DA SILVA

CAMPINA GRANDE

DEZEMBRO - 1983

GERALDO TARGINO DA SILVA

O CRÉDITO RURAL: AS AMBIGÜIDADES DA MODERNIZAÇÃO
(Uma Avaliação Sócio-Política e Econômica)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia, com área de concentração em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre.

ORIENTADOR: Rômulo de Araújo Lima

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

DEZEMBRO - 1983

"Sustento que os conceitos moderno e tradicional fracassaram como instrumento com os quais se procura entender o desenvolvimento agrícola do Terceiro Mundo".

Benno F. Galjart

RESUMO

O presente estudo representa uma tentativa, a partir das informações recolhidas pelo INCRA, IBGE, Banco Central e EMATER/PB, de caracterizar o Crédito Rural no Estado da Paraíba, dentro do contexto agropecuário e suas implicações no processo de modernização e/ou especulação.

Tendo em vista o objetivo central do trabalho, qual seja, o de investigar e explicitar os efeitos da aplicação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no Estado, procuramos dar ênfase:

- às características da estrutura fundiária, no tocante à distribuição e posse da propriedade da terra e das suas formas de utilização;
- à evidência da presença do binômio latifúndio-minifúndio, visivelmente constatada através do padrão de relações de produção, decorrentes dessa coexistência;
- à introdução e absorção de novas técnicas de

produção na agropecuária paraibana, a partir da utilização, distribuição e concentração do Crédito Rural, por Regiões Administrativas e por produtos, considerando as implicações e efeitos de sua política no Estado.

Fundamentado nestes elementos podemos, em síntese, afirmar que a produção agrícola estadual não tem correspondido ao volume de crédito aplicado.

Ainda no estudo da aplicação do Crédito Rural no Estado da Paraíba, assinalamos a existência de uma maior concentração do crédito nos produtos voltados para a economia de mercado. Por outro lado, apontamos uma distribuição diferenciada de crédito rural por Regiões Administrativas e por produto.

Um outro aspecto ressaltado neste trabalho, diz respeito à modernização dos estabelecimentos agrícolas, que não têm apresentado resultados relevantes, haja visto a constatação de diferenças significativas, no que diz respeito a absorção de novas tecnologias entre os grandes, médios e pequenos produtores. Sobre este aspecto procuramos ainda investigar se a aplicação dos recursos creditícios tem originado a Modernização e/ou Especulação do Setor Agropecuario, chegando a conclusão de que não tem havido modernização na agricultura paraibana, a exceção de áreas onde se cultivam culturas, como a cana-de-açúcar e o abacaxi, cujo retorno econômico justifica a introdução de inovações tecnológicas.

ABSTRACT

The present study represents an attempt to characterize the Rural Credit System in the State of Paraiba within the context of Cattle-farming and its implications in the modernization process of this State. Emphasis has been given to: a) The characteristics of the agrarian structure, concerning the distribution, ownership, and use of land. b) The introduction and absorption of new production techniques in Cattle-Farming. Distribution and concentration of Rural Credit by administrative Regions and by products, taking into consideration the implications and effects of state policies.

The findings reveal that agricultural production in the State of Paraiba falls short of what could be expected from the total credit applied. The major concentration of credit is directed to commercial products with differentiation in its distribution by administrative regions as well as by product. Furthermore, in respect to modernization i.e: in the absorption of new technologies by small, medium and large establishments there is no evidence that credit has diminished the difference among them. We come to the conclusion that no modernization occurred in Paraiba's Agriculture, except for sugar-cane and pineapple plantations.

AGRADECIMENTOS

Ao concluirmos esta Dissertação de Mestrado, não poderíamos deixar de agradecer a todas as instituições e pessoas que, direta ou indiretamente, tornaram possível a efetivação deste trabalho.

De modo especial, ressalto o incentivo dado pelo orientador dessa dissertação, Professor Rômulo de Araújo Lima, para o prosseguimento das análises que culminaram com a efetivação da mesma.

Finalmente, quero registrar meus agradecimentos ao Eng^o Agr^o Sérgio Barbosa de Almeida e aos Professores Antonio do Vale Melo Filho e Marilene, pela disponibilidade em levantar questões, oferecendo, inclusive, sugestões para o enriquecimento do estudo, como também, à Professora Maria Ivonilde Mendonça Targino, minha esposa, pela colaboração e incentivo em todas as fases do presente trabalho.

S U M Á R I O

	Pág.
APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	05
CAPÍTULO I - Paraíba - Estrutura Fundiária.....	21
- Distribuição da Terra	21
- Posse e Uso da Terra	36
- Relações de Produção	42
CAPÍTULO II - Distribuição do Crédito Rural na Paraíba	50
- Crédito Rural e seus Objetivos	50
- Crédito Rural Orientado por Produtos	58
- Crédito Rural: As Ambigüidades da Modernização.....	60
- Crédito e a Extensão Rural	65
- O Crédito Rural e o Cooperativismo .	67
CAPÍTULO III - As Técnicas Modernas na Agricultura	71
- Adoção de Técnicas Modernas e Utilização de Insumos	71
- Uso de Fertilizantes versus Riscos .	76
- Alternativas de Utilização: Mecaniza	

	Pág.
ção Agrícola	78
CONCLUSÃO	81
ANEXOS	86
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	120

ÍNDICE DOS ANEXOS

01. - Estado da Paraíba - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
02. - Estado da Paraíba - Distribuição da Terra segundo as classes de áreas dos Estabelecimentos, 1970/1975.
03. - Estado da Paraíba - Índices de Concentração de Terras, 1970/1975.
04. - Micro-região Litoral Paraibano (93) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
05. - Micro-região Brejo Paraibano (98) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
06. - Micro-região Depressão do Alto Piranhas (95) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.

07. - Micro-região Catolé do Rocha (89) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
08. - Micro-região Seridô Paraibano (90) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
09. - Micro-região Curimataú (91) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
10. - Micro-região Piemonte da Borborema (92) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
11. - Micro-região Sertão de Cajazeiras (94) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
12. - Micro-região Cariris Velhos (96) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
13. - Micro-região Agreste da Borborema (97) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
14. - Micro-região Agropastoril do Baixo Paraíba (99) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
15. - Micro-região Serra do Teixeira (100) - Distribuição dos Estabelecimentos segundo as classes de áreas, 1970/1975.
16. - Estado da Paraíba - Imóveis Rurais segundo as Categorias, 1972.
17. - Estado da Paraíba - Percentuais das Formas de Posse

da Terra segundo as micro-regiões, 1975.

18. - Estado da Paraíba - Percentuais de Utilização das Terras segundo as micro-regiões, 1970.
19. - Crédito Rural utilizado no Estado da Paraíba, 1970.
20. - Estado da Paraíba - Distribuição do Crédito Rural Orientado por Financiamento, 1969/1982.
21. - Estado da Paraíba - Distribuição do Crédito Rural Orientado por Regiões Administrativas, 1981/1982.
22. - Estado da Paraíba - Distribuição do Crédito Rural Orientado por Produto, 1980.
23. - Estado da Paraíba - Distribuição do Crédito Rural Orientado por Produto, 1981.
24. - Estado da Paraíba - Distribuição do Crédito Rural Orientado por Produto, 1982.
25. - Estado da Paraíba - Participação no Número e Valor dos Financiamentos de alguns produtos tidos como "comerciais" e de "subsistência", 1980/1982.
26. - Estado da Paraíba - Número de Tratores existentes e Horas trabalhadas, 1974/1978.
27. - Estado da Paraíba - Comportamento dos Serviços de Mecanização, 1974/1978.
28. - Estado da Paraíba - Micro-regiões Homogêneas.
29. - Estado da Paraíba - Regiões Administrativas.

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho nos propomos a caracterizar o Crédito Rural no Estado da Paraíba, dentro do contexto agropecuário e suas implicações no processo de Modernização.

Para a concretização do nosso objetivo, tomamos por base os dados dos Cadastros de Imóveis Rurais realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Agropecuário de 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1975; como também, dados colhidos junto ao Banco Central e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER/PB), que possibilitaram a análise comparativa dos diversos quadros demonstrativos. Igualmente, nos apoiaremos em vários estudos ligados à problemática do Crédito Rural, à Modernização da Agricultura e à Estrutura Agrária, constantes na bibliografia apresentada.

Baseado nos pressupostos técnicos e nas informações recolhidas através do INCRA, IBGE, Banco Central e

EMATER/PB, nosso estudo, tem, portanto, o objetivo central de investigar e explicitar os efeitos da aplicação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), considerando as implicações de sua política no Estado da Paraíba.

A temática central da análise será verificar como a introdução e absorção de novas técnicas de produção, a partir da utilização, distribuição e concentração do Crédito Rural, por Regiões Administrativas e por produtos, oferece respostas às questões suscitadas pela agropecuária estadual.

As razões que motivaram a investigação da aplicação do Crédito Rural, na Paraíba, foram:

- a) inicialmente, a necessidade de buscar respostas às questões de inovação tecnológica introduzidas na agricultura;
- b) a tentativa de ampliar conhecimentos sobre o tema, a nível estadual, e contribuir para o estudo do Crédito Rural.

Partindo da observação da política creditícia adotada no país, onde se registra ano a ano, um volume cada vez maior de recursos destinados ao crédito agrícola, é que surgiram as seguintes hipóteses:

- 1) A produção agrícola do Estado não tem correspondido ao volume de crédito aplicado;
- 2) A concentração de crédito nos produtos voltados para a economia de mercado (existe em maior escala);
- 3) A modernização dos estabelecimentos agrícolas

não tem apresentado resultados significativos em nosso Estado;

- 4) A aplicação dos recursos creditícios à Modernização do Setor Agropecuário corresponde simplesmente a uma especulação;
- 5) A distribuição de crédito rural ocorre diferenciada por Regiões Administrativas e por produtos;
- 6) Diferenças significativas existem no que diz respeito a absorção de novas tecnologias entre os grandes, médios e pequenos proprietários.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Crédito Rural surgiu em 1937, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), porém, o seu impulso se deu com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, envolvendo toda estrutura bancária existente no País.

Pela Resolução 69, (Banco Central do Brasil), os bancos da rede privada deveriam aplicar uma parcela de seus depósitos no crédito agrícola, sob pena de serem obrigados a recolher tal parcela (este montante variou, de lá até o presente, de 10% a 15% dos depósitos à vista), ao Banco Central, recebendo, pela parcela que deveria ter sido aplicada, juros mais baixos do que os permitidos nas operações agrícolas.

Os créditos rurais podem ter as seguintes finalidades: (as quais estão contidas no Manual do Crédito Rural-

-MCR): de custeio;⁽¹⁾ de investimento;⁽²⁾ e de comercialização.⁽³⁾ Os prazos e taxas de juros são fixados pelo Conselho Monetário Nacional. Os prazos variam conforme a operação realizada, sendo que o de custeio teve um limite máximo de dois anos e o de investimento de cinco a doze anos. As taxas de juros cobradas até hoje, sempre foram negativas. No entanto, as autoridades monetárias encontram-se vivamente empenhadas em retirar tais subsídios, partindo do princípio de que, eles são responsáveis pelo crescimento dos índices inflacionários. Já em 1978, os juros calculados oscilaram entre 13 e 15% ao ano, de acordo com o fim a que se destinaram. Por outro lado, participantes de programas "especiais" (POLONORDESTE, SERTANEJO, etc.), receberam crédito a juros de 7% ao ano.

A partir daí, as autoridades monetárias iniciaram uma reformulação nas taxas de juros cobradas no crédito rural e estas atingiram a um máximo de 38% ao ano, que comparadas à inflação de 1978 (77%), permaneciam negativas.

O conjunto de reformas que vem se verificando no sistema de crédito rural, notadamente, a partir de 1981, tem ocorrido pela necessidade de adaptar a estrutura deste às exigências de rápidas mudanças gerenciais no setor agrícola da economia nacional.⁽⁴⁾

A "tábua de salvação" do setor agrícola tem sido o subsídio⁽⁵⁾ dado ao crédito agrícola, para compensar a di

(1) Tais financiamentos destinam-se ao suprimento de capital de trabalho necessário ao atendimento das despesas normais dos ciclos produtivos.

(2) Os empréstimos de investimentos objetivam propiciar inversões em bens ou serviços, cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção.

(3) Visa a cobrir despesas ocorrentes após a coleta da produção.

(4) Crédito Rural: Um Marco na História da Economia, In: Diário de Pernambuco. pág. A-12, Terça-feira, 11/08/81.

(5) O subsídio consiste na diferença entre a taxa de juros cobrada dos produtores rurais em condições favorecidas e o custo real do dinheiro no mercado.

ferença desfavorável de preços enfrentados pelos seus produtos, em relação ao preço de outras mercadorias compradas pelos produtores rurais no mercado.

Tal "subsídio" encontra-se ameaçado de extinção por medidas (pacotes) governamentais que estão para ser divulgadas, com a finalidade de desacelerar o ritmo inflacionário a que está submetida a economia nacional. A eliminação dos subsídios ao Crédito Rural ocasionará um forte desestímulo à atividade agropecuária, especialmente na Região Nordeste, e servirá para aumentar, ainda mais, as desigualdades regionais.

Apesar do esforço do governo para reduzir as desigualdades regionais⁽⁶⁾ e a sua tentativa de ampliar a participação dos "mini e pequenos" produtores no processo produtivo, não vemos nenhuma resposta a este esforço, talvez, pela própria natureza como está sendo implantado tal plano. Não negamos os investimentos governamentais que têm sido feitos no Nordeste através dos chamados programas "especiais", como, Projeto Sertanejo,⁽⁷⁾ PROFIR,⁽⁸⁾ POLONORDESTE,⁽⁹⁾ PRODECOR,⁽¹⁰⁾ INAN,⁽¹¹⁾ Provarzeas Nacional,⁽¹²⁾ Pro

(6) Para o biênio 81/82 foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, abertura de mais 132 unidades autônomas do Banco do Brasil, dentro do programa de interiorização das unidades autônomas.

(7) Este programa tem se destinado à construção de açudes, perfuração de poços, aguadas e irrigação nas regiões secas do NE.

(8) O programa de financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR), tem como finalidade facilitar o acesso à Tecnologia de irrigação.

(9) O objetivo central do Polonordeste é empreender Processo de Ampla recuperação social, introduzindo medidas de apoio, diretamente dirigidas ao Pequeno Produtor Rural, além de ações de estímulo às pequenas unidades de Produção, não essencialmente agrícolas, localizadas na área de atuação do Projeto.

(10) A atuação do PRODECOR consiste em desenvolver a construção de pequenos açudes e perfuração de poços nas regiões mais secas do Nordeste.

(11) O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), foi criado em 1974, para executar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN).

(12) O Programa Nacional de Aproveitamento Nacional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS NACIONAL), tem por objetivo promover o aproveitamento nacional de várzeas irrigáveis que se encontram ociosas no país.

grama Nacional do Alcool, ⁽¹³⁾ PROTERRA ⁽¹⁴⁾ e PROAGRO. ⁽¹⁵⁾ Todavia, pelo volume de recursos aplicados era de se esperar que os resultados obtidos fossem melhores.

Conforme observamos, vários programas "especiais" foram implantados no Nordeste, no entanto, os resultados obtidos ainda não são satisfatórios, e a prova disso é que, já existem estudos, a nível de Estado, para a junção de alguns desses programas em um só (NORDESTÃO), visando dar uma maior dinamicidade em suas ações e, conseqüentemente, obter melhores resultados.

Alguns dos programas citados concedem crédito aos agricultores, visando desenvolver e modernizar, através deste, a atividade agrícola. Na verdade, o Crédito Rural pode tornar-se um importante instrumento de política de modernização da agricultura, mas uma das questões que se coloca é: se o Crédito Rural tem sido um veículo propulsor do processo de modernização no Nordeste e, em particular, na Paraíba ou, se tudo isso não passa de mera especulação em torno da modernização do setor agrícola.

É notório que a propriedade da terra, tem sido a condição indispensável para obtenção de financiamentos subsidiados por parte dos produtores, junto à rede de bancos e, desse modo, o Crédito Rural toma um caráter nitidamente conservador, na medida em que, assim agindo, reforça a

-
- (13) Os beneficiários do PROALCOOL são os usineiros e alguns plantadores de cana (fornecedores).
- (14) O programa de redistribuição de terras e de estímulos à agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), tem como objetivo, dar apoio financeiro à Reforma Agrária.
- (15) O Programa de garantia de Atividade Agropecuária (PROAGRO), funciona como "seguro de crédito rural", devido ao fato de estar vinculado ao crédito. O seu objetivo é exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas às operações típicas de crédito rural de custeio e investimento, cujo pagamento seja dificultado pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações.

estrutura de propriedade existente. (SAYCOL, 1980). Este caráter conservador do Crédito Rural evidencia-se pela sua concentração em relação às regiões, beneficiários e produtos, (LIEBHARDT, 1982:57), (Anexos 21 e 24).

O Crédito Rural no Estado da Paraíba, se concentra basicamente em alguns produtos como: o algodão, a cana-de-açúcar e o tomate, e em relação à pecuária, na bovino-cultura de corte.

Em relação à modernização da atividade agropecuária, de um modo geral no país, observamos que a introdução de novas técnicas de produção tem ocorrido mais em função de pressões do setor industrial (fabricantes de tratores, colhedoras mecânicas, arados, fabricantes e/ou vendedores de insumos, etc.), do que mesmo de suas reais necessidades.

Uma das preocupações do governo, tem sido "fixar o homem a terra" e a adoção de uma agricultura moderna, com aplicação intensiva de capital, portanto, poupadora de mão-de-obra, só irá servir para agravar cada vez mais o fluxo migratório do Nordeste brasileiro.

O financiamento, por parte do governo, de máquinas no Nordeste, por meio do Crédito subsidiado, representa uma contradição de sua própria política regional, na medida em que tal política libera mão-de-obra.

Para se ter uma idéia da escalada do crédito subsidiado à agricultura, o Quadro seguinte evidencia a evolução dos subsídios embutidos a nível nacional, de 1971 a 1981.

A ESCALADA DO CRÉDITO SUBSIDIADO À AGRICULTURA
(Valores em milhões de Cr\$ Correntes)

Anos	Número de Contratos	Valor Total dos Contratos	Taxa Média de Juros de Contratos	Taxa Média de Inflação	Subsídio Embutido	Produto Agrícola	Participação do Crédito no Produto (em %)	Participação do Subsídio no Produto (em %)
1971	1.262.845	12.870	17	20,4	362	23.973	53,7	1,5
1972	1.266.161	18.669	15	17,4	319	30.560	61,1	1,0
1973	1.399.684	30.334	15	15,1	24	44.270	68,5	0,1
1974	1.450.395	48.273	15	28,7	5.136	65.657	73,5	7,8
1975	1.856.131	89.997	15	27,7	8.964	87.821	102,5	10,2
1976	1.832.207	130.226	15	41,3	24.235	137.703	94,5	17,6
1977	1.722.063	165.858	15	42,7	32.193	236.849	70,0	13,6
1978	1.895.523	233.942	15	38,7	39.980	320.670	73,0	12,5
1979	2.373.485	448.731	33	53,9	60.938	529.555	84,7	11,5
1980	N.Disponível	844.757	33	100,2	283.585	1.085.323	77,8	26,1
1981	N.Disponível	1.293.243	45	105,0	378.532	2.375.000	54,5	15,9

FONTES E NOTAS: Incluídos todos os financiamentos à agricultura, segundo consolidação de Luís Carlos Guedes Pinto, para os anos 1971 a 1979; estimativa de 1980 e previsão de 1981 segundo Mailson Ferreira da Nóbrega, Ministério da Fazenda em depoimento à CPI dos juros em 09/04/81; taxas médias do juro agrícola para 1979 e 1980, segundo estimativa de João Bayad, da FIPE; taxas de juros para 1981, segundo estimativa do Grupo de Informação Agrícola da FGV; Produto Agrícola dado pelo Produto Interno Líquido (PIL) do setor primário a custo de fatores sendo estimado para 1981, com base numa expansão de 6,3% (a mesma de 1980).

Ver

A Paraíba, como os demais Estados que integram o Nordeste do País, não podem prescindir do subsídio ao Crédito Agrícola, para compensar os efeitos danosos causados pelas constantes estiagens. (16)

Dentro de uma outra visão, DIAS, (1982) assim se expressa: "O crédito rural deve ser substituído, em sua função de instrumento de estabilização da renda agrícola por "instrumentos estabilizadores clássicos (preços mínimos, política de estoques reguladores e seguro agrícola)". Em condições normais de produção, não resta dúvidas de que essa seria a política ideal, porém, para o Nordeste, dentro do quadro geral de dificuldades existentes no setor agropecuario-nordestino (baixa precipitação pluviométrica, descapitalização, estilos tradicionais de produção, entre outras dificuldades) não poderá haver competição entre este setor e os demais setores da economia e, até mesmo com o seu próprio setor no Centro-Sul do País.

A respeito dos subsídios ao crédito agrícola DIAS (Op.Cit.) diz textualmente: "De certa forma, torna-se necessário reduzir os subsídios ao crédito, substituindo-se por uma política de preços favoráveis". Por sua vez, o governo já começou a reduzir os subsídios ao crédito rural para o Nordeste, que, de 35% atuais, passou, a partir do segundo semestre do ano em curso, para um juro de aproximadamente 60% ao ano. A esta taxa de juros e a perdurar o quadro de dificuldades apontadas anteriormente no Nordeste, a produção agrícola da região estará fadada ao fracasso.

As Cooperativas Agrícolas têm exercido um importante papel no repasse do crédito aos pequenos agricultores. Elas são responsáveis pela aplicação de uma parcela dos recursos destinados ao crédito rural. O Banco Nacional

(16) O subsídio é aqui defendido para fazer face a prolongada estiagem verificada no NE.

de Crédito Cooperativo (BNCC), tem dado um indispensável apoio financeiro às cooperativas para repassarem aos seus associados. Como é notório, são grandes as dificuldades para o produtor rural obter um financiamento. Entre outros entraves que dificultam o acesso dos pequenos produtores rurais à política de crédito rural, salientamos o excesso de burocracia e o desinteresse das instituições bancárias. (17)

Atualmente, existe uma tentativa de descentralização do Crédito, com a criação de programas específicos para pequenos produtores. Com a exigência de quotas obrigatórias para o financiamento de crédito aos pequenos produtores por parte de bancos comerciais, os pequenos produtores preferem utilizar canais intermediários, às Cooperativas.

A utilização dos bancos para financiarem projetos a pequenos proprietários, traz para os mesmos a vantagem de reduzir os seus custos administrativos.

O crédito rural efetuado por meio da infra-estrutura do sistema cooperativo proporciona as seguintes vantagens para os pequenos produtores:

- a) descentralização;
- b) aumento do tamanho médio dos empréstimos;
- c) redução do tempo requerido nas tramitações;
- d) contribui para diminuir o risco da inadimplência; e
- e) permite associar o crédito com a assistência técnica, como também o fornecimento

(17) O próprio Banco do Brasil, que financia cerca de 70% do crédito rural, aloca seus recursos segundo a lógica de um banco comercial e não como um agente da política governamental.

como também o fornecimento de insumos.

O Crédito Rural, como instrumento de modernização da agricultura, dispõe de uma série de estudos e pesquisas relacionadas com seu uso, realizados por estudiosos nacionais e estrangeiros.

A nível estadual, não se pode fazer a mesma afirmativa, pois, são poucos os trabalhos e pesquisas realizados sobre tão importante instrumento de política agrícola. Destaca-se porém, entre outros, o estudo desenvolvido por COSTA, (1977) em que ele, no tocante a "Introdução de Tecnologia não-Tradicional", ao investigar o nível tecnológico existente em três grupos, com extensão, extensão/crédito e sem extensão, chega à conclusão de que o grupo que recebia assistência técnica de extensão, aliada ao crédito, apresentava-se com nível tecnológico superior aos demais.

Trabalhos e pesquisas de outros estudiosos no assunto, serviram de base para a elaboração desse estudo.

BASTOS (1980), empreendeu em seu estudo, uma análise bastante rigorosa do efeito da política de crédito sobre a modernização da agricultura nordestina. Seu trabalho se reveste de uma maior importância pelo fato de apresentar o impacto da política de crédito sobre os diversos tipos de unidades de produção, no decorrer do processo de desenvolvimento da agricultura. Nesta pesquisa, ele chega a conclusão de que, nas empresas mais capitalizadas, o efeito do emprego do crédito é aumentar, de modo significativo, a área cultivada com "produtos comerciais" sobre o resto da área utilizada. Assim sendo, o crédito em abundância tem gerado um efeito negativo sobre o emprego de moradores ou parceiros, vez que, tais recursos são aplicados na produção de "culturas comerciais", em prejuízo das áreas destinadas ao cultivo de culturas alimentares.

GUEDES PINTO (1978), realizou trabalho a respeito da

concentração do Crédito Rural, intitulado: "Notas sobre a Política Agrícola Brasileira". Nesse estudo, ele afirma: "Estatísticas do Banco do Brasil, evidenciam que a concentração dos recursos destinados ao financiamento do setor agrícola, nas mãos de um pequeno número de grandes produtores, vem se acentuando gradativamente, nos últimos anos. Enquanto em 1966, os pequenos produtores tinham 90% dos contratos e 34% do valor, em 1976 estes números caíram para 74% e 11% respectivamente. De outro lado, no que se refere aos grandes produtores, neste mesmo período os dados passavam de 0,4% dos contratos e 20% do valor, para 3% dos contratos e 53% do valor. É claro, pois, que a melhoria de posição dos grandes produtores se deu em prejuízo dos pequenos".

VASCONCELOS (1979) (em sua dissertação de mestrado, que teve como título: "A Influência de Restrições de Crédito na Organização da Produção Agrícola"), coloca a questão da distribuição desigual do Crédito Rural e se essa restrição não estaria afetando o comportamento econômico dos fazendeiros que têm restrição na obtenção de recursos. Ou seja, se tal racionamento não estaria provocando má alocação de recursos por parte dos fazendeiros atingidos. E daí por diante, ele compara a performance econômica dos fazendeiros que sofrem restrições de crédito, com a performance dos que recebem crédito em abundância e, detecta os efeitos desses racionamentos dentro dos dois grupos de fazendeiros. Dentro desta comparação, ele chega a importantes conclusões, como sejam: "Os resultados sugerem, que o racionamento de crédito para uma parcela de fazendeiros, afeta o comportamento econômico desses agricultores, fazendo com que operem num ponto de ótimo a um nível de produção abaixo do ótimo dos fazendeiros não atingidos pela restrição. A conclusão lógica é a de que há oportunidades para investimentos lucrativos em fatores variáveis nas fazendas que sofrem restrições de crédito, até o ponto em que a restrição deixa de existir. Assim, maior provisão de crédito possibilitará explorar melhor as oportunidades de investimento nessas propriedades". A respeito da oferta de crédito, o estudo sugere: "Do lado da oferta de crédito, parece necessário um ajuste nas políticas mone-

tárias e administrativas, de tal forma que os bancos tenham mais incentivos financeiros para emprestar aos pequenos fazendeiros". Propõe ainda, para uma melhor alocação do crédito pelos bancos, uma maior integração entre a assistência técnica e creditícia, ensejando deste modo, um fluxo de informações e orientação aos pequenos produtores rurais.

SILVA(1978), em pesquisa realizada a respeito da alocação de crédito sob o título: "Distribuição dos Recursos de Crédito e Assistência Técnica em Minas Gerais", chama a atenção para a situação do Crédito Rural nas propriedades de zero a 200 hectares, dada a sua importância em relação ao abastecimento interno de produtos alimentares daquele estado e do país, como um todo.

SILVA(1973), em seu trabalho "Uso e Eficiência do Crédito Rural e dos Fatores de Produção", introduziu em um modelo econométrico, uma variável binária para medir diferenças entre usuários e não usuários de crédito e chega a conclusão de que não existe diferenças significativas entre os dois grupos.

GALJART(1973), procura mostrar em seu estudo que "os conteúdos usualmente atribuídos aos conceitos "moderno" e "tradicional" não são suficientes para explicar a presença ou a falta de desenvolvimento agrícola". O trabalho "sugere um modo mais simples de classificar as variáveis que influem na disposição do rural de adotar inovações, sob as rubricas de ignorância, incapacidade e desinteresse". Galjart, é uma das principais reações contrárias de maior expressão ao modelo clássico dominante de desenvolvimento.

SCHULTZ(1980), no livro "A Transformação da Agricultura Tradicional", focaliza o comportamento de produção dos agricultores amarrados à agricultura tradicional, determinando a viabilidade de mudança desse tipo de agricultura através de investimento. De acordo com o autor, o agricultor preso a agricultura tradicional não pode produzir em abundância, mesmo considerando a riqueza da terra, chegando a afirmar:

"Obrigador os agricultores a aumentar a produção redundante em fracasso, mesmo que eles tenham acesso aos conhecimentos. Em vez disso, é necessário uma abordagem que crie incentivos e prêmios aos agricultores. O conhecimento que torna possível a transformação é uma forma de capital, que requer investimento - investimento não apenas em insumos materiais, nos quais se encaixa uma parte desses conhecimentos, mas também, e em grau muito importante, investimento no pessoal do campo".

MOLINA FILHO (1981), propõe um modelo estrutural-cultural, com base na organização da produção das unidades de produção agrícola brasileiras e das áreas rurais com diversas formas de inserção na divisão social do trabalho, e nos mecanismos de diferenciação social, que conduzem a diferentes estados de ignorância, de impotência e de não-disposição, para adotar inovações tecnológicas na agricultura e, conseqüentemente, produzindo obstáculos ao desenvolvimento rural.

PAIVA (1969) analisa os fatores responsáveis pelas variações dos graus de modernização em suas diferentes modalidades, ou sejam, as que ocorrem entre "agricultores", "regiões" e "produtos dentro de uma região".

O estudo do Crédito Rural no presente trabalho não pode prescindir de um claro conhecimento de pressupostos teóricos que expliquem os efeitos da aplicação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no país.

O Crédito Agrícola tem como objetivo básico oferecer respaldo financeiro para que agricultores e cooperativas rurais possam utilizar as chamadas "técnicas modernas", proporcionando desse modo, o desenvolvimento agropecuário.

No tocante à distribuição dos recursos tem-se levantado o problema da concentração do Crédito Rural entre um número reduzido de grandes proprietários, em detrimento dos médios e pequenos - meta principal do Sistema Nacional de

Crédito Rural. Outra questão suscitada, tem sido os aportes financeiros aos produtos "comerciais"⁽¹⁸⁾ em prejuízo dos de "subsistência".⁽¹⁹⁾

O governo tem criado alguns instrumentos dentro da política econômica com a finalidade de expandir o crescimento em setores com a capacidade de criar efeitos "para frente", objetivamente, com o intuito de desenvolver o processo de modernização das estruturas produtivas e, desse modo, o Estado tem viabilizado a expansão capitalista no campo.

Dentro desta ótica, a função do crédito agrícola não seria outra, senão, fornecer recursos para compra de máquinas, insumos modernos e outros equipamentos de produção agrícola que viessem criar as condições indispensáveis para a adoção de "técnicas modernas" e deste modo, viabilizar a transformação da agricultura tradicional, em moderna agricultura de mercado.

Para SILVA (1978:12), a instabilidade do mercado afeta aos pequenos produtores e ocasiona graves repercussões sobre as fontes de produção. Sobre este assunto, assim se expressa: "em virtude da não utilização de tecnologias consideradas como fundamentais para a produção, os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, etc., são incluídos dentro de um "setor atrasado" da agricultura, em oposição a um "setor adiantado". Mas na verdade não há uma interação do setor "atrasado" com o "moderno", favorecendo o primeiro a acumulação no setor industrial e também no setor agrícola".

(18) Entende-se por produto "comercial", como sendo aquele voltado prioritariamente para o mercado.

(19) "Produto de subsistência" é aqui usado no mesmo sentido entendido por GRAZIANO: "Não se deve confundir "produto de subsistência" com autoconsumo. Ao mesmo tempo em que envolve um excedente destinado ao mercado, ele não implica em completo auto-abastecimento".

Segundo GUEDES PINTO (Op.Cit), o Crédito Rural tem assumido um caráter conservador, pois ele reforça a estrutura de propriedade existente, na medida em que, para se ter acesso ao crédito subsidiado é necessário possuir a propriedade da terra.

Por outro lado, o Crédito Agrícola tem se voltado demasiadamente para as chamadas "culturas de exportação" ou "comerciais", o que evidencia uma transformação em seu caráter pré-capitalista das relações de produção. É nesse sentido que SILVA (1970:12-13) afirma: "Deve-se ter em mente que a reprodução das relações não-capitalistas se dá sob a égide do capital, ao mesmo tempo que a reprodução do capital baseia-se em relações não-capitalistas. A interação dos setores "atrasado" e "moderno" nada mais é que a configuração dessa contradição, na medida em que, ao mesmo tempo que se constitui num limite à expansão das forças produtivas ou à modernização em geral, ela mesmo propicia condições à acumulação de capital".

A nível de Estado, de 1972 a 1976, o Crédito Rural vem registrando um volume de recursos sempre crescente, embora a participação dos médios e pequenos produtores, seja cada vez menor.

Ponte

CAPÍTULO I

PARAÍBA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

*Por que este divórcio
capitulos?*

PARAÍBA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

- Distribuição da Terra.

A questão fundiária nacional está ligada à própria história da distribuição das terras brasileiras. ⁽²⁰⁾ Os problemas fundiários ainda existentes, refletem as características deste tipo de distribuição de terras, que, era centrada nas exigências da expansão do capitalismo emergente.

A estrutura fundiária nacional apresenta-se concentrada em grandes propriedades rurais, (GUIMARÃES, 1968:212) confirmando desta maneira, a dependência aos interesses da colonização

(20) Tal distribuição foi introduzida pela Carta Patente 1.530, através da qual, D. João III transmitia a Martim Afonso de Souza o direito de doar terras sob a forma de "Sesmaria".

A estrutura agrária da Paraíba guarda as mesmas tendências concentradoras de terras existentes no país.

Vale ressaltar que os dados usados para a abordagem deste capítulo foram obtidos junto ao INCRA e IBGE. (21) Essas instituições utilizaram nas Estatísticas Cadastrais de 1976 (INCRA) e Censo Agropecuário, 1975 (IBGE) nomenclaturas diferentes, no que diz respeito às categorias usadas na apresentação dos dados. (22)

O IBGE utiliza a categoria "estabelecimento" o qual compreende, segundo o "Censo Agropecuário 1975", "todo terreno de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processasse uma exploração agropecuária. As áreas sob a mesma administração, quando não confinantes, bem como as explorações pertencentes a um só proprietário, mas entregues a administração diversas, foram consideradas como estabelecimentos distintos".

A distribuição fundiária no Estado da Paraíba apresenta-se com elevado índice de desigualdade, tanto em relação ao uso, como a posse da terra.

(21) INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(22) O INCRA usa o conceito de "Imóvel Rural" definido pelo Estatuto de Terra, como: "O prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada". O "módulo rural" é determinado de acordo com a região e tipo de exploração. Porém, legislação mais recente (1980), substituiu a terminologia "MÓDULO RURAL" por "MÓDULO FISCAL" (Instrução Especial INCRA nº 20) e fixa o Módulo Fiscal (em hectares) para cada município.

Pelo "Estatuto da Terra" (art. 4º) os imóveis rurais são classificados em quatro categorias: 1) Minifúndio - quando a área do imóvel rural for inferior a um módulo; 2) Latifúndio por dimensão - quando o imóvel rural possua área superior a seiscentos módulos; 3) Empresa Rural - é o imóvel rural que tenha a área de um módulo até seiscentas vezes esse valor, como também seja explorado econômica e racionalmente; e 4) Latifúndio por Exploração - é aquele imóvel rural que mantenha-se entre um e seiscentos módulos que seja mantido inexplorado, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado.

Pelos dados apresentados no Anexo 1, a incidência de estabelecimentos rurais inferior a 10 hectares para o ano de 1970, alcança o elevado índice de 68,28% do total dos estabelecimentos existentes no Estado. A sua participação na área total, em termos percentuais não vai além dos 8,12%.

Observando-se a Sinopse Preliminar do Censo Agropecuária de 1975, percebe-se que essa classe de estabelecimentos de menos de 10 hectares experimentou um reduzido aumento na área ocupada equivalente a 0,12%, em relação a 1970.

Enquanto isto, nos estabelecimentos considerados médios ou seja de 100 a 1.000 hectares, observamos que em 1970 o total de 7.026, passando para 8.147 em 1975, constando-se assim, um aumento da ordem de 16% na quantidade dessa classe de estabelecimentos. Quanto aos grandes estabelecimentos, como os enquadrados no grupo de mais de 1.000 hectares, sofreram uma redução da ordem de 58% na quantidade, ao passarem de 1.347 em 1970, para 572 em 1975. Por outro lado, a área ocupada com essa classe de estabelecimentos experimentou um incremento da ordem de 8,8%. Essa redução substancial no número de grandes estabelecimentos (-58%) teve como resposta um elevado aumento ocorrido no tamanho médio dessa classe de propriedades, ao passar de 727,4 hectares em 1970, para 1.864,8 em 1975.

Tal desigualdade na distribuição da terra no Estado pode ser melhor observada, quando constatamos que os estabelecimentos menores de 100 hectares e que representam cerca de 95% do número total, ocupam apenas 36% da área agrícola total do Estado. Por outro lado, os estabelecimentos superiores a 100 hectares que perfazem cerca de 5% do total, ocupam quase 65% da superfície agrícola estadual.

Evidencia-se desse modo, a tendência concentradora da propriedade fundiária no Estado, na medida em que se observa o fracionamento dos estabelecimentos rurais menores de 10 hectares, quando registramos em 1970 e 1975, um consi

derável aumento do número de estabelecimentos em uma proporção inversa ao aumento da área ocupada.

O Anexo 2 reforça esta afirmativa, ao apresentar detalhadamente a distribuição da terra, segundo as diversas classes de áreas existentes no Estado.

Para uma avaliação da distribuição da posse da terra podemos recorrer ao coeficiente de GINI, ⁽²³⁾ utilizado para estimar o grau de concentração das rendas individuais, mesmo considerando que este indicador pode apresentar limitações quando o número de classes para o estabelecimento de comparação das informações, é pequeno.

Partindo da comparação do comportamento dos índices de GINI, durante os anos de 1970 (0,792) e 1975 (0,814), verificamos que a concentração da propriedade fundiária acentua-se em virtude da subdivisão das pequenas propriedades, conforme demonstra o Anexo 3.

A concentração da propriedade fundiária na Paraíba manifesta-se de um modo geral em todas as micro-regiões, acentuando-se, mais especialmente, nas micro-regiões Brejo e Litoral Paraibano.

Pelos índices de GINI determinados para os anos de 1970 (0,841) e 1975 (0,843), (Anexo 3) é na Micro-região Litoral Paraibano onde se verificam os maiores índices de concentração de terras do Estado. Tal concentração vem se intensificando de ano para ano. Em 1970, existiam nesta micro-região cerca de 15.573 estabelecimentos agrícolas (Anexo 4), ocupando uma área de 264.740 hectares. Em 1975, tais estabelecimentos totalizavam 20.250, significando que houve um incremento na área, em termos percentuais de 30% em rela

(23) O índice proposto por CORRADO GINI é empregado, tradicionalmente, para medir a concentração total existente em toda a população.

ção a 1970, ocupando uma superfície de 273.797 hectares, portanto, 3,4% a mais em relação a 1970.

Em relação a micro-região Brejo Paraibano, os índices de GINI determinados para 1970 (0,724) e 1975 (0,726) (Anexo 3), evidenciam que nesta faixa de tempo não se verificou quase nenhuma mudança na distribuição da propriedade fundiária na micro-região em apreço. Em 1970, a área ocupada era de 108.749 hectares, contendo 8.464 estabelecimentos. No entanto, em 1975, o número de estabelecimentos cresceu para 11.167, correspondendo a 31% a mais do número estimado em 1970, permanecendo a área ocupada quase inalterada com 108.725 hectares; significando que a possibilidade de expansão das fronteiras agrícolas encontra-se esgotada, por falta de espaço, uma vez que os imóveis estão reduzindo sua área média nesta micro-região. Constatamos no Brejo Paraibano uma acentuada concentração da propriedade fundiária onde os estabelecimentos acima de 100 hectares não obstante representarem cerca de 2% do total ocupam 56,8% da área agrícola de toda a micro-região e os 98% restantes ocupam 43,2% (Anexo 5).

Os dados constantes da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975, no que concerne a micro-região Depressão do Alto Piranhas, revela que esta micro-região dispõe de uma área agricultável de cerca de 1.220.860 hectares, correspondente a 25% da área agrícola do Estado. De um lado evidencia uma taxa decrescente no número de estabelecimentos de aproximadamente 1,1% de 1970 a 1975, de outro, apresenta uma taxa de crescimento de 1,3% com relação à área agrícola disponível em cada período. Os dados revelam uma pequena redução na quantidade de minifúndios (menos de 10 hectares) ao passar, de 10.719 em 1970 para 9.710 em 1975, registrando assim, uma diminuição na sua participação em termo de área, em cerca de 12,5% no período considerado. Tal ocorrência motivou diminuição da área média dos minifúndios

dios, na medida em que de 4,5 hectares em 1970, baixou para 4,4 hectares em 1975. Em referência aos pequenos estabelecimentos (de 10 a menos de 100 hectares) ocorreu exatamente o inverso, ou seja, enquanto diminuiu o número de estabelecimentos aumentou a quantidade de área. Nos estabelecimentos de 100 a mais hectares se evidencia a problemática da concentração de terras no país, quando se constata no decorrer do quinquênio (70/75), um maior incremento com relação à área ocupada, passando de 69,7% para 71,9%, de um para o outro ano (Anexo 6). Os coeficientes de GINI determinados para os anos de 1970 (0,723) e 1975 (0,727) (Anexo 3), mostram que há tendência na concentração de terra nesta micro-região e que pouco mudou em relação a estes cinco anos analisados.

Em análise feita na micro-região de Catolé do Rocha, chegamos à conclusão de que pelos índices de GINI determinados para 1970 (0,738) e para 1975 (0,749) (Anexo 3) demonstram elevado grau de concentração da terra nesta micro-região. Tal concentração, pode se agravar no decorrer dos anos, ao se verificar que em 1970 os estabelecimentos, acima de 100 hectares, ocupavam aproximadamente 68,3% e em 1975 esse percentual passou para 71,6%. Em referência aos estabelecimentos menores de 10 hectares nesta micro-região, observamos que, existe uma diminuição nestes ao passar de 2.916, em 1970, para 2.546, em 1975. Esta é a única micro-região do Estado a apresentar tal diminuição. A área ocupada por estes estabelecimentos baixou de 12.125 hectares em 1970 para 10.828 hectares em 1975. (Anexo 7). Na classe de estabelecimentos de 10 a 100 hectares ocorreu uma pequena diminuição ao passar de 2.294, em 1970, para 2.161, em 1975. A área ocupada com essa mesma classe de estabelecimentos sofreu uma redução de 3,7%, ao passar de 71.030 hectares, em 1970, para 68.451, em 1975. Pelo que evidencia os dados (Anexo 7), houve uma diminuição na quantidade e área dos estabelecimentos abaixo de 100 hectares. Por outro lado,

observamos que, em 1970, os considerados médios e grandes estabelecimentos apresentavam um total de 287 e ocupavam uma área de 179.376 hectares, equivalentes a cerca de 68,3% da área agrícola total da micro-região. Em 1975, o número de estabelecimentos dessas classes passou para 483 e a área por eles ocupada para 199.517 hectares, o que corresponde a aproximadamente 71,5% da área agrícola total. Pelo que observamos houve um processo de anexação dos pequenos estabelecimentos pelos médios e grandes, na medida em que, estes últimos cresceram 3,49 no quinquênio considerado (Anexo 7).

Na micro-região Seridô Paraibano, pelos índices de GINI determinado para 1970 (69,8%) e 1975 (76,2%) indica acentuada tendência para uma concentração de terra (Anexo 3). O grau de concentração nesta micro-região é de tal forma que, dos 6.477 estabelecimentos existentes em 1970, 56,7% encontra-se numa faixa a menos de 10 hectares e cobre apenas 7,5 da área agrícola total da micro-região. Para 1975, quase não se registrou mudanças em relação a essa classe de estabelecimentos. Nos estabelecimentos entre 10 a 100 hectares, continuam em 1970, 2.395 desses estabelecimentos, representando 37% do total e ocupando 33,3% da área agrícola. No entanto, em 1975 diminuíram para 2.266 e passaram a ocupar 35,7% da área agrícola total.

Os estabelecimentos chamados médios e grandes (entre 100 e 1.000 hectares) em 1970, eram 388, significando 6% do total. No entanto, ocupavam 44,5% da área agrícola da micro-região. Em 1975, tais estabelecimentos passaram a 430, representando 6,79% do número total, ocupando 46% da área agrícola disponível. Os estabelecimentos acima de 1.000 hectares em 1970, eram 19 e ocupavam 14,6% da área agrícola total da micro-região. Em 1975, passaram para 24 e passaram a ocupar uma área de 18,5% da superfície agrícola-

la dessa micro-região (Anexo 8),

Pelo Índice de GINI calculado para a micro-região do Curimataú, nos anos de 1970 (0,779) e 1975 (0,808), fica evidenciada a tendência em termos de concentração da posse da terra (Anexo 3). Os números revelam (Anexo 9) que em 1970, existia na micro-região 7.871 estabelecimentos mas que ocupavam uma área de 211.903 hectares. Em 1975, o Curimataú se apresentava com 12.436 estabelecimentos, significando uma expansão de 58% em relação a 1970. Porém, a área ocupada aumentou em apenas 4%, o que foi insuficiente para fazer frente a tendência de expansão na quantidade de estabelecimentos. Esse resultado alterou o tamanho médio dos estabelecimentos. Em 1970, os estabelecimentos agrícolas menores de 10 hectares eram 5.610. Em 1975, alcançaram a soma de 10.261 estabelecimentos, o que corresponde a um aumento de 84% sobre 1970. A área cresceu de 152% ao passar de 10.036 hectares em 1970, para 25.308, em 1975. Esse crescimento ensejou um aumento no tamanho médio dos estabelecimentos, ao passar de 1,50 hectares, para 2,00 hectares, em 1975 (Anexo 9). A classe de estabelecimentos entre 10 a 100 hectares decresceram em 3% na sua quantidade e de 5% na área ocupada no período em apreço. Do mesmo modo, os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares decresceram de 7% no número e de 4% na área ocupada entre 1970 e 1975. Na classe de área de mais de 1.000 hectares (grandes estabelecimentos) houve um decréscimo de 16% na quantidade, de 1970 a 1975, mesmo assim, obteve um crescimento na área ocupada de 13,6%.

A micro-região Piemonte da Borborema, em termos de quantidade de estabelecimentos, aumentou de 12.845 em 1970, para 21.521 hectares em 1975 (65%), apesar de apresentar um pequeno aumento em sua área ocupada de apenas 0,5%, ao passar de 230.080 (1970), para 231.404 (1975). (Anexo 10).

Pelos índices de GINI calculados para 1970 (0,773) e 1975 (0,771), não indica alteração relevante na estrutura fundiária do Piemonte da Borborema (Anexo 3). A micro-região em apreço, continua apresentando elevado índice de concentração de terra.

No quinquênio analisado (70/75), os estabelecimentos menores de 10 hectares aumentaram de 10.322 (1970), para 19.014 (1975), o que significa um crescimento de 84% na quantidade. Por outro lado, a área, no período considerado, passou de 28.983 (1970), para 37.587 (1975), correspondendo a um aumento em termos percentuais da ordem de 29%. Observamos que, em relação ao crescimento do número de estabelecimentos o incremento de área no período foi muito pequeno, o que implica em um rebaixamento da área média dos estabelecimentos na classe em apreço. Nos estabelecimentos agrícolas de 10 a 100 hectares observamos que não se registrou grandes alterações, quer na quantidade de estabelecimento (2.046 em 1970 e 2,04% em 1975), quer na área ocupada (55.205 hectares, em 1970 e 54.136 hectares, em 1975), embora em relação a área, o aumento tenha sido mais significativo.

Os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares foram reduzidos na quantidade de 34 estabelecimentos entre, 1970 e 1975 e, sua área teve igualmente uma redução de 13.645 hectares, o que conseqüentemente afetará a área média dos estabelecimentos mais atingida pela redução de área.

Na classe de estabelecimentos de 1.000 a 10.000 hectares, verificou-se um aumento na quantidade de estabelecimentos de 19 (1970), para 28 (1975) na micro-região. Por outro lado, a área cresceu de 28.291 (1970), para 35.726 hectares (1975), aumento este, que logicamente irá afetar o tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas da micro-região.

A micro-região Sertão de Cajazeiras, na classe de estabelecimentos de menos de 10 hectares foi a que mais ordenadamente cresceu das micro-regiões do Estado, no período de cinco anos. Em 1970, essa classe de estabelecimentos era de 6.042 e, em 1975, se apresentava com 6.346. No que diz respeito à área ocupada em 1970, somava 30.365 (5,99% do total) e 1975, 28.934 (5,49% do total). Observa-se uma redução em torno de 10%, o que ocasiona uma diminuição no tamanho médio desses estabelecimentos agrícolas.

Os coeficientes de GINI determinados para 1970 (0,561) e 1975 (0,600) na micro-região, indicam que existe uma tendência concentradora da posse da terra (Anexo 3). Os estabelecimentos rurais de 10 a menos de 100 hectares foram reduzidos em cerca de 9% no período, ao sofrer uma baixa de 7.925 (1970), para 7.221 (1975). Por sua vez, a área ocupada por esses estabelecimentos caiu de 239.517 (1970), para 229.428 hectares (1975), significando uma queda de área, em termos percentuais em torno de 2,7%. Nos estabelecimentos de 100 a menos 1.000 hectares se registrou de 1970 (993), para 1975 (1.075), um acréscimo nesses números da ordem de 82 estabelecimentos. Quanto a ocupação da área com tais estabelecimentos, também foi aumentado, ao passar de 41,06% (1970), do total da micro-região, para 44,45% (1975). Na classe de estabelecimentos agrícolas, acima de 1.000 hectares, registrou-se um acréscimo de 15 (1970), para 23 (1975). Por outro lado a área ocupada por esses estabelecimentos aumentou de 28.649 hectares (1970), para 34.196, (1975), (Anexo 11).

Os coeficientes de GINI determinados para os anos de 1970 (0,766) e 1975 (0,790), na micro-região Cariris Velhos, evidenciam que a tendência da concentração da propriedade da terra se tornou mais acentuada ao longo do tempo (Anexo 3).

Os estabelecimentos de menos de 10 hectares aumentaram de 15,673 (1970), para 21,393 (1975) no período. A área ocupada com esses estabelecimentos, passou de 55.973 (1970), representando 5,6% do total da micro-região, para 62.649 (1975), significando 6,24% do total considerado. Na classe de estabelecimentos de 10 a menos 100 hectares, não houve quase alteração de 1970 (8.492), para 1975 (8.490). Em relação a área ocupada registrou-se um decréscimo de 2% ao passar de 253.268 hectares (1970), para 248.452 (1975). Nos estratos de estabelecimentos mais de 100 a menos de 1.000 hectares, em nada se modificou de 1970 (1.748), para 1975 (1.734). Quanto à área ocupada, houve um pequeno aumento, ao passar de 440.944 hectares (1970), para 448.857 (1975). Na classe de estabelecimentos de mais de 1.000 hectares igualmente, não se registrou grandes diferenças na quantidade (cresceu apenas de 2 estabelecimentos) de 1970 para 1975. Se apresenta também sem significativas mudanças, o quadro de área ocupada, pois, passou de 241.882 (1970), para 245.176 hectares (1975). (Anexo 12).

O coeficiente de GINI para a micro-região do Agreste da Borborema, em 1970, era de 0,739 e, em 1975, era de 0,758. Essa evolução, mostra um indício de maior concentração da terra (Anexo 3). Na classe de estabelecimentos menores de 10 hectares registra-se uma evolução na quantidade dos estabelecimentos, de 1970 (23.480), para 1975 (25.170), o que representa um aumento de 7%. O mesmo não ocorre com a área ocupada que, de 61.945 (1970), caiu para 59.363 (1975), o que representa uma queda de 4,2%, no período considerado. Tal diminuição indica que o tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas deverão baixar. Os estabelecimentos situados entre 10 a menos de 100 hectares somavam 2.756 em 1970, baixando para 2.651, em 1975. No tocante à área ocupada, ocorreu uma queda de cerca de 4%, ou seja, de 70.867 hectares (1970), baixou para 68.102 (1975). Já na classe de estabele

cimentos de 100 a 1.000 hectares ocorreu um crescimento na quantidade, quando de 465 estabelecimentos (1970), passou para 504 (1975). Quanto a área ocupada em 1970 era de 122.316 hectares e em 1975 era de 142.515. Os estabelecimentos rurais, acima de 1.000 hectares, no Agreste da Borborema, eram em 1970, 34, caindo para 33 em 1975; por conseguinte não registrou-se mudança significativa. No que concerne à área ocupada, apresentava em 1970, 58.910 hectares, o que representava 18,76% do total da micro-região e em 1975, sofreu uma queda para 52.031, significando que, sua participação na área ocupada da micro-região caía para 16,2% (Anexo 13).

Pelo índice de GINI calculado para 1970 (0,823) e 1975 (0,813), na micro-região Agro Pastoril do Baixo Paraíba fica demonstrado que ocorreu uma pequena redução na concentração da terra (Anexo 3). Na classe de estabelecimentos de menos de 10 hectares, em 1970, somava-se 9.469 e em 1975 11.897, o que significa que houve um acréscimo na quantidade desses estabelecimentos de cerca de 25,6%. A área ocupada por esses estabelecimentos obteve um incremento de apenas 4,4%, ao passar de 19.547 hectares (1970), para 20.410 (1975). Os estabelecimentos rurais inseridos entre 10 a menos de 100 hectares apresentavam, em 1970, cerca de 863 estabelecimentos e em 1975, tais estabelecimentos baixaram para 849, ocorrendo então, uma queda de 1,7%. A área ocupada por essa classe de estabelecimentos obteve um pequeno crescimento de 3% no quinquênio. Os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares na micro-região em análise somavam em 1970, 184, caindo para 181, em 1975. Em contraposição a essa pequena queda (3 estabelecimentos), a área ocupada cresceu de 54.835 (1970), para 56.365 (1975), o que equivale a um aumento de 2,7%. Em 1970, os estabelecimentos de mais de 1.000 hectares eram 21 e, em 1975, decresceu para 14, o que equivale a uma queda de cerca de 33,4% na quantidade dos estabelecimentos. Fato curioso nesta análise foi a queda de área ocu

pada por essa classe de estabelecimentos, da ordem de 24% (Anexo 14),

A micro-região Serra do Teixeira apresenta uma acentuada tendência de concentração da propriedade fundiária ao longo do tempo, pelos resultados obtidos através da determinação dos índices de GINI para 1970 (0,593) e 1975 (0,610). (Anexo 3). Os estabelecimentos menores de 10 hectares, em 1970 eram 7.009 e em 1975, 9.635. O crescimento na quantidade desta classe de estabelecimento foi de 37%. A área dessa mesma classe cresceu de 25%, implicando por conseguinte, numa variação a menos no tamanho médio. Os estabelecimentos de 10 a menos de 100 hectares obtiveram um aumento de 7,6%, em número, ao passar de 3.900 estabelecimentos em 1970, para 4.201, em 1975. No tocante a área ocupada, em 1970, era 103.618, passando a 110.822 hectares em 1975. Os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares eram em 1970, 313 e em 1975, 315, (o aumento foi de apenas 2 estabelecimentos). Embora, tenha ocorrido um diminuto aumento na quantidade dos estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares da micro-região, a área ocupada decresceu de 1970 (64.607), para 1975 (62.384). Nos estabelecimentos acima de 1.000 hectares em 1970, havia 4 estabelecimentos e em 1975, 6. A área ocupada passou de 7.571 hectares, em 1970, para 12.769, em 1975. (Anexo 15).

O fracionamento das grandes propriedades no Estado, fica assim comprovado mediante a análise da distribuição da terra nas diferentes micro-regiões, onde se constata a existência de um elevado número de minifúndios ocupando pequeno percentual de área, muito embora, os latifúndios por exploração apresentem-se numericamente menor, ocupam 65,3% da área estadual. (Anexo 16).

Então, nos deparamos com grandes extensões de ter-

ras improdutivas, concentradas em poder de grandes proprietários, muito embora, predomine uma grande concentração de minifúndios, o que origina o binômio latifúndio versus minifúndio.

A respeito da permanência do contraste latifúndio minifúndio, assim se expressa SILVA (1978:46):

"Pensando em termos da história brasileira, pode-se dizer que, no processo de ocupação de novas terras, inicialmente o minifúndio e o grande latifúndio inexplorado são as formas que se multiplicam. Depois, os minifúndios são "engolidos" e os latifúndios, por dimensão se fracionam, cedendo lugar às empresas e aos latifúndios menores" ...

SÁ JÚNIOR (1975) ao analisar a existência do binômio latifúndio versus minifúndio, afirma a presença de um processo de mudança nesse complexo. Tal mudança implica numa interdependência do minifúndio com o latifúndio, na medida em que o minifúndio, não só fornece mão-de-obra e alimentos para o latifúndio, como também passa a manter padrões específicos próprios de relações de produção, decorrentes da coexistência dos dois tipos de exploração.

Dada a concentração das terras em minifúndios (86,2%), (Anexo 16), existe um expressivo contingente de mão-de-obra (trabalhadores e famílias) deles dependentes,

muito embora, a Lei nº 5,868, de 12/12/72, que determina o módulo rural, ⁽²⁴⁾ exatamente para evitar a pulverização dos imóveis em minifúndios, quase sempre improdutivos economicamente, cuja renda, deles resultantes, não dá, sequer, para manter a família que neles vivem, dentro de um padrão mínimo de vida condigna a que todo cidadão tem direito.

A aplicação da legislação fundiária a nível nacional é de responsabilidade do INCRA, no entanto, esse Órgão tem-se revelado incompetente para gerir os negócios fundiários e a inexpressividade da lei citada está caracterizada aqui no Estado, em que mais da metade dos imóveis rurais encontram-se abaixo do aludido "módulo rural". Outra prova desta afirmação é a criação pelo governo federal de uma Assessoria para Assuntos Fundiários, a qual encontra-se à frente, o General Danilo Venturini e que tem a missão de resolver os problemas agrários existentes no país.

A nível estadual foi criada a Fundação de Colonização e Desenvolvimento Agrário do Estado da Paraíba-FUNDAP, cujo objetivo é promover o reordenamento da estrutura fundiária do Estado, através da titulação de terras.

*Explicar por que de sua pluri-função
ele se tornou?*

(24) O módulo rural definido pelo Estatuto da Terra varia de acordo com a região e tipo de exploração. A legislação mais recente dá nova denominação ao módulo, chamando-o de "Módulo Fiscal".

- Posse e Uso da Terra

A posse por ocupação, como um meio de acesso à Terra, reveste-se de suma importância para uma análise qualitativa do problema da posse da Terra no Estado.

Analisando, anteriormente, a questão da estrutura fundiária, no tocante à distribuição da terra, a partir dos dados do Cadastro Rural do INCRA, evidenciamos a concentração de terras, na categoria de minifúndios. Isto acarreta, para a economia do Estado, sérios agravantes determinadores da política de desenvolvimento agrícola estadual, como sejam, redistribuição da renda, assimilação de tecnologia, investimentos. A grande concentração de minifúndios gera a existência de um grande contingente de mão-de-obra disponível e incapacitado de tirar da terra, nas condições e dimensões em que ela se apresenta, uma renda condigna aos padrões de subsistência, obrigando-se a vender sua força de trabalho aos grandes proprietários, detentores do latifúndio explorador.

A coexistência minifúndio versus latifúndio caracteriza a distribuição da propriedade da terra, e implica, tanto na má exploração das grandes propriedades, como também na utilização das diversas formas de posse de terra, sob as quais o homem tem acesso a terra, de modo a assegurar - -lhe o direito de usufruir os rendimentos que ela proporciona.

As diversas formas de posse da terra, dão origem às diferentes condições de produtores: proprietários, parceiros, arrendatários e ocupantes (ou posseiros).

O Anexo 17, apresenta o percentual das formas de ocupação da terra sob os aspectos legais, por micro-região, além de permitir uma apreciação do resultado global para todo o Estado.

Em relação à posse da terra, observamos que 55% da categoria "proprietários" é portador de títulos legais da posse da terra e ocupa uma área de 89,7% das terras disponíveis. "Arrendatários" somam 17,8% dos estabelecimentos e ocupam uma área de, aproximadamente, 3%. Os "parceiros" representam 4,9% dos estabelecimentos e ocupam uma área de cerca de 2%. Enquanto que a categoria "ocupantes" representam 22,3% dos estabelecimentos e detêm cerca de 5% das terras. (Anexo 17).

Na micro-região Catolé do Rocha, 85,8% dos estabelecimentos encontra-se legalizados. Os posseiros representam 11,3% dos estabelecimentos e os arrendatários e parceiros representam, apenas, 3%.

Quanto ao uso da terra observamos que 22% encontra-se ocupada com lavouras, entre estas, o algodão, o milho e o feijão. Cerca de 56,7% da área, desta micro-região é destinada a pastagens. Os percentuais restantes (21,3%) é reservado às florestas, matas, terrenos em descanso e impróprios à atividade agrícola. (Anexo 18).

Em referência à micro-região Depressão do Alto Piranhas, constata-se certo equilíbrio da situação, vez que 75,6% dos estabelecimentos encontra-se legalizado através do título de posse, restando 11,6%, na dependência de legalização dos direitos dos posseiros.⁽²⁵⁾ Os 12,8% restantes

(25) A FUNDAP encontra-se empenhada em regularizar a propriedade da terra através da titulação.

estão distribuídos entre arrendatários e parceiros que ocupam uma área equivalente a 6% do total da micro-região (Anexo 17).

Quanto à utilização das terras, em 1975, havia cerca de um quarto da superfície disponível, explorada por atividades agrícolas, destacando-se entre os produtos cultivados o algodão, o milho, o feijão, a banana e o arroz. Grande parte de terra destinada para fins produtivos, mais de um terço, 38,3%, estava voltada para a conservação e plantio de pastagens, com o objetivo de implementar a pecuária na micro-região. (Anexo 18).

Em 1975, na micro-região Seridó Paraibano, em relação à posse da terra, 71,3% dos donos de estabelecimentos possuía: título de posse. Os arrendatários detinham 2,5% dos estabelecimentos. Os parceiros controlavam 4,1% dos estabelecimentos e os ocupantes mantinham 22% dos estabelecimentos. (Anexo 17).

No que tange ao uso da terra, na micro-região em análise, os agricultores reservam 56,8% das terras para pastagens, 25% para o cultivo de lavouras, 11% para pousio e 7,2% destinava-se às matas e florestas (Anexo 8).

A análise da posse da terra na micro-região, Curimataú, revela que, em 1975, 51,7% dos proprietários possuía título de posse, o que representa 91,3% das terras agrícolas da micro-região. Os arrendatários detinham em seu poder 17,9% dos estabelecimentos, significando em termos percentuais, 2,9% da área agrícola do Curimataú. Os parceiros ocupavam cerca de 8,4% dos estabelecimentos, representando 2,2% da área da micro-região e os ocupantes detinham cerca de 22% dos estabelecimentos, o que representa 3,6% da área agrícola do Curimataú. (Anexo 17).

Em relação ao uso da terra, em 1975, na micro-região em apreço, é fácil observar que mais da metade da superfície agrícola (51,7%) destina-se a pastagens. Por outro

lado, as culturas, principalmente o sisal, milho, feijão e mandioca, ocupam 27,8% do espaço agricultável da micro-região (Anexo 18).

Quanto a posse da terra na micro-região Piemonte da Borborema, em 1975, o Anexo 17, evidencia que 42% dos estabelecimentos dispõe de títulos legais de posse. Os arrendatários mantinham em seu poder 34,4% dos estabelecimentos. Os parceiros controlavam apenas 0,1% e os ocupantes detinham, sob seu controle, cerca de 23% dos estabelecimentos.

No que diz respeito à utilização da terra, o Anexo 18, mostra que 58% das terras da micro-região é destinada a pastagens. Enquanto que, cerca de 22% das terras agrícolas é reservada para as lavouras, entre estas, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão e a mandioca. Por outro lado, 7,5% do espaço agrícola é destinado para as terras em descanso e o restante, para florestas.

Em 1975, a ocupação da terra, na micro-região Litoral Paraibano, indicava que somente 27% dos proprietários de estabelecimentos detinham o título legal de posse da terra. Os ocupantes na micro-região controlam 44% dos estabelecimentos e ocupam um espaço agrícola de 6,6% da micro-região em estudo. Os arrendatários detêm expressiva percentagem de estabelecimentos (29%) do total da micro-região e ocupam uma área agrícola de 4,6% do total da micro-região. Os parceiros são inexpressivos nesta micro-região, representam apenas 0,5% do total. (Anexo 17).

Quanto ao uso da terra na micro-região Litoral Paraibano, as lavouras ocupam 24,8% da superfície agrícola. Seguida da pecuária que ocupa 17,4% e as matas e florestas ocupam 18,4%. As terras em descanso ocupam 12,8% da área agrícola. Nessa micro-região as terras destinadas à exploração agrícola, através de irrigação, atingem apenas 0,95% (Anexo 18).

Em referência à condição de posse da terra, em

1975, na micro-região Sertão de Cajazeiras, observamos que, 86% dos proprietários possui títulos legais de posse da terra e ocupa uma área agrícola de 90,9% do total. Os arrendatários detêm 5% dos estabelecimentos e uma área agrícola de 2,7%. Os parceiros controlam cerca de 2,4% dos estabelecimentos e ocupam um espaço agrícola de 3,3% do total. Os ocupantes têm em seu poder 6,3% dos estabelecimentos e ocupam uma área agrícola de 3,1% do total da micro-região. (Anexo 18). No que diz respeito ao uso da terra, nessa micro-região, observamos que são destinados 26% da área agrícola para matas e florestas. Por outro lado, a pecuária e lavou - ras dispõem de 52% e 32,5% (Anexo 18).

Em 1975, na micro-região Depressão do Alto Piranhas, em relação a posse da terra, se registrava que, 75,6% dos estabelecimentos dispunha de títulos legais de posse da terra e esses estabelecimentos ocupavam uma área agrícola de 90,1% do total da micro-região. Os arrendatários tinham em seu poder 8% dos estabelecimentos e ocupavam um espaço agrícola de 3,8%. Os parceiros detinham 4,7% dos estabelecimentos e ocupavam uma superfície agrícola de 2,6%. Os ocupantes controlavam 11,6% dos estabelecimentos e ocupavam uma área agrícola de 3,5% do total da micro-região (Anexo 17). No que concerne ao uso das terras, existia, em 1975, aproximadamente, um quarto da área agrícola disponível explorada por culturas como: algodão, banana, arroz, feijão e milho. Uma parcela ponderável de terras produtivas estavam reservadas à conservação e plantio de pastagens, com o fim de implementar a pecuária na micro-região (Anexo 18).

Em referência à posse da terra na micro-região Cariris Velhos, em 1975, observamos no Anexo 17 que, 58% dos estabelecimentos agrícolas encontravam-se devidamente regularizados e ocupavam uma área agrícola de 90,8% do total. Os arrendatários eram 10,5% do total e ocupavam uma área agrí-

cola de 1%. Os parceiros detinham 6,1% do total e usavam um espaço agrícola de 1,5%. Os posseiros representavam 25,3% dos estabelecimentos e ocupavam uma superfície agrícola de 6,6%.

No tocante ao uso da terra na micro-região, observamos que 68% da área agrícola era destinada à pastagens. Prevalece, nesta micro-região, a pecuária sobre as demais atividades. As lavouras ocupam 17,6%. As matas e florestas ocupam 16,6% e as terras em descanso e não exploradas, 13,2% (Anexo 18).

Com relação à ocupação da terra, na micro-região Agreste da Borborema, o Anexo 17 evidencia que 48,9% dos estabelecimentos encontra-se legalizados e atinge uma área agrícola de 87% da micro-região. Os arrendatários detêm 19,5% dos estabelecimentos e ocupam uma área de 3,7%. Os parceiros controlam 8,3% e ocupam uma área agrícola de 2,4%. Os ocupantes dispõem de 23,2% dos estabelecimentos.

Quanto ao uso da terra, 49,2% da área agrícola do Agreste da Borborema destina-se a pastagens, 31% a lavouras, 6,8% a matas e florestas e 6,7% a terras em descanso e não exploradas. (Anexo 18).

No que diz respeito a ocupação da terra, no Brejo Paraibano, observamos que, 54% das propriedades tem títulos de posse. Os arrendatários dispõem de 17% dos estabelecimentos e ocupam uma área agrícola de 5,9%. Os parceiros possuem 97% dos estabelecimentos e ocupam uma área agrícola de 2%. Os ocupantes detêm 18,5% dos estabelecimentos e ocupam uma área agrícola de 5% (Anexo 17).

No que tange ao uso da terra, o Brejo Paraibano é uma micro-região agrícola por excelência. Suas lavouras ocupam em torno de 45,7% da área agrícola total. As pastagens atingem 19% da área agrícola. A área ocupada com florestas e as terras em descanso perfazem 27,4% da superfície total da micro-região. (Anexo 18).

O Anexo 17, mostra que em 1975, a micro-região Agro-Pastoril do Baixo Paraíba, apresentava 24,3% dos estabelecimentos com títulos de posse legalizados. Os arrendatários controlavam 49,8% dos estabelecimentos e ocupavam uma área agrícola de 8,5%. A parceria não apresenta nenhuma expressão nesta micro-região (0,3 estabelecimentos). Os ocupantes detêm cerca de 25,6% dos estabelecimentos e ocupam um espaço agrícola da ordem de 5,6% do total.

Em relação ao uso da terra, observamos que as lavouras ocupam 28,4% da superfície agrícola, as pastagens 49,4% e as matas e florestas 5,5%. As terras em descanso e não utilizadas, ocupam 1,3%.

No que respeita à posse da terra na micro-região Serra do Teixeira, observamos que 70% dos estabelecimentos encontra-se legalizados e ocupa uma área agrícola de 88% do total. Os parceiros detêm 10,7% dos estabelecimentos e ocupam uma área de 2,9% do total. Os ocupantes controlam 18,6% do total de estabelecimentos e estes ocupam um espaço agrícola de 7,9% do total. Os arrendatários detêm apenas 1% dos estabelecimentos e ocupam uma área agrícola de 1,2% do total. (Anexo 17).

Sobre o uso da terra na micro-região, predomina as atividades agrícolas, que atingem cerca de 37% do total da área agrícola disponível. A pecuária é destinada 17,6%. Registra-se nesta micro-região, um elevado percentual de terras ociosas com relação à área agrícola de 32%. (Anexo 18).

- Relações de Produção

Examinando-se a estrutura fundiária, antes explicitada, nota-se a presença do binômio latifúndio-minifúndio, mantenedores, entre si, de uma estreita relação de interdependência, visivelmente constatada através do padrão de relações de produção, decorrentes dessa coexistência.

A existência do contraste minifúndio-latifúndio, reflete-se na distribuição da propriedade, registrando-se um grau relativamente elevado de concentração de terras em poder de poucos proprietários, em relação à uma crescente concentração de pessoal, em pequenas propriedades. Sobre este aspecto, assim se expressa PRADO JUNIOR (1969:9-22): "Uma das principais conseqüências dessa situação, senão a principal, é a abundante disponibilidade de mão-de-obra que ela gera. Trata-se da considerável parcela de população rural que, devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover à sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se por a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros. Circunstância essa, aliás, que torna possível o grande empreendimento agro-mercantil. Sem mão-de-obra disponível, o grande estabelecimento agro-pecuário, a usina, o engenho, a fazenda de tipo comercial de que se estrutura a economia agrária do Nordeste - como a do Brasil em geral - não poderia existir. A concentração da propriedade fundiária tem assim o duplo efeito: primeiro o de conceder ao empreendimento agro-mercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos; em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de-obra indispensável de que necessita".

Por outro lado, a permanência do complexo latifúndio-minifúndio, reflete-se também, na estrutura da produção, quando se constata a presença marcante de duas agriculturas: de um lado a "agricultura de subsistência" e do outro uma "agricultura de mercado", características básicas da estrutura agrária nordestina. Segundo SILVA (Op.Cit.); In: Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. pág. 9, "a chamada "agricultura de subsistência",⁽²⁶⁾ bem como as relações de produção não capitalistas, em que ela se apoia, além de ser produto do próprio movimento de

(26) A agricultura de subsistência não deve ser confundida com autoconsumo somente porque ao produzir excedentes, direcionados diretamente para o mercado, implique em auto-abastecimento.

expansão do capitalismo, constitui-se num dos pontos de apoio de sua efetivação, na medida em que, ao produzir a base de uma "economia do excedente", pode oferecer seus produtos a preços mais baixos no mercado".

GUIMARÃES, (1968), ao analisar os contrastes de nossa economia agrária assim se expressa: "a dualidade de de nossa estrutura agrária, dividida fundamentalmente em dois setores contrapostos, representativos de duas classes antagônicas, cujos conflitos de interesses pontilham toda nossa história," como tentamos ressaltar no presente trabalho. "São tão profundamente diferenciados os caracteres desses dois setores que não seria despropositado falarmos na existência, em nosso país, de duas agriculturas: a agricultura de exportação, baseada na propriedade latifundiária e a agricultura de subsistência, baseada na propriedade capitalista e na propriedade camponesa".

Para SÁ JÚNIOR. (1976:79), essa dependência que subsiste entre o grande estabelecimento monocultor e o minifúndio, é o que assegura a sobrevivência desse complexo latifúndio versus minifúndio, na formação histórica da economia nordestina; ao afirmar que, atualmente, por imposição da expansão da economia de subsistência, este binômio apresenta-se com a seguinte configuração: "O latifúndio se retrai como grande estabelecimento vinculado, enquanto tal, ao mercado, mas permanece grande propriedade, no seio da qual se multiplicam os pequenos estabelecimentos voltados a subsistência. Estes pagam o arrendamento ao proprietário, e comercializam através dele o seu excedente".

A respeito da agricultura do excedente, assim define MARTINS (1975) , In: "Capitalismo e Tradicionalismo": "A frente de expansão foi constituída, no Brasil, basicamente por pequenos produtores, que se articulam com o mercado a-

través do que se convencionou chamar "agricultura do excedente". É no processo de substituição da agricultura de subsistência, pela frente de expansão, que segundo MARTINS (Op. Cit.) "... emergem as tensões, gerando conflitos que se revestem de diversos níveis de violência". É nesse sentido que SILVA (Op. Cit.) se posiciona: De forma geral, a expansão da frente pioneira significa um processo de expansão da propriedade, sob o domínio do capital. É ele que, nesse processo, estrutura as relações sociais básicas, impondo a expropriação do pequeno produtor e se apropriando do valor por ele incorporado à terra".

Por outro lado, OLIVEIRA (1977:29) aponta as formas de reprodução do capital e as relações de produção como determinantes da luta de classes, quando afirma: "As relações de produção guardam estreita aderência às formas de reprodução do capital, e determinam por sua vez o caráter da luta de classes e, em sentido lato, do conflito social, mas é preciso que se esteja advertido para não se transpor, mecanicamente, para o nível da política a aderência assinalada, precisamente no descompasso entre nível das forças produtivas ou formas de reprodução do capital e relações de produção é que reside uma das contradições básicas do sistema capitalista de produção, e exatamente essa perspectiva é que abre as possibilidades mais ricas para o estudo concreto dessa combinação desigual".

Essa situação, dentro do quadro da economia agrária, gera uma enorme complexidade nas relações sociais determinadas pelo processo produtivo e pelas formas de utilização da terra, responsáveis pelos mais diversos tipos de espoliação do proletariado rural.

A concentração de terras e a subdivisão de minifúndios, gera portanto, um excedente de mão-de-obra, incor-

porada pelos latifúndios por meio de diversas formas de exploração agrícola, extraindo delas o máximo de excedentes, com o objetivo de fortalecer o sistema capitalista de produção, através da concentração e acumulação de capital. A maneira como se expressam nos meios de produção, na forma de relações de propriedade, as relações sociais decorrentes do conflito empresário rural versus trabalhador, é o que se denomina relações de produção.

Para MELLO (1976:48), "estas relações se definem tendo de um lado, a classe dos detentores dos meios de produção, compradores da força de trabalho; e de outro a classe que desprovida desses meios de produção, é obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver".

Ao se falar de concentração da propriedade da terra, não se pode prescindir de um importante aspecto - o poder político detido pelos grandes proprietários. É nesse sentido que se expressa SILVA (Op. Cit.): "Na história brasileira, a cada momento de conflito, as forças ligadas ao grande capital e à propriedade fundiária saíram vencedoras. Ao mesmo tempo, todo movimento surgido entre os camponeses foram inscritos na ideologia dominante e na história oficial como "atos de banditismo", "cenas de fanatismo religioso", etc., obscurecendo o real caráter do conflito".

Mesmo quando a acumulação do capital concentra-se mais no setor industrial, o que ocorreu depois de 1930, o poder dos grandes proprietários, segundo SILVA (Op. Cit.), mantém-se inalterável, consolidando-se assim, uma aliança entre aqueles e os setores industriais. Sobre este assunto, assim

o autor citado se expressa: "É nesse sentido que se esboça mais claramente toda uma política de apoio à grande propriedade, incentivando sua modernização e, de certa forma, "fechando a fronteira", pela venda de grandes extensões de terra a projetos agropecuários ligados ao capital financeiro e/ou industrial, na maioria das vezes, de origem externa. Nesse contexto, a pequena produção em geral se mantém, mas num processo acelerado de pauperização e extrema exploração". (SILVA, 1978:35).

À medida em que o capital se apossa do processo de produção, do setor agrícola, constatamos o aparecimento de transformações na agricultura, que se efetivam na criação de um contingente de assalariados - que dependentes do capital a que estão subordinados, e das condições de exploração a que estão submetidos, tendem a vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e completar seus rendimentos. [Este contingente de assalariados, traduz-se nos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários, engajados na complexidade das relações sociais criadas no processo de utilização da terra e da produção agrícola.]

O capítulo que trata da distribuição fundiária, focalizando o uso e a posse da terra, oferece subsídios para uma caracterização das formas de relações sociais existentes no processo produtivo do Estado.

Pela análise da estrutura fundiária paraibana, subentendemos que o problema agrário abrange, não somente, a forma de distribuição da terra e a intensidade de sua ocupação; como também, envolve as relações de produção dominante nas diversas classes de estabelecimentos rurais existentes.

Para efeito de ilustração recorreremos aos Anexos

1 e 17, para a obtenção de estimativas que possibilitem uma avaliação da realidade sócio-política e econômica do setor rural paraibano.

CAPÍTULO II

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL NA
PARAÍBA

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL DA PARAÍBA

- O Crédito Rural e seus Objetivos

O crédito rural é um dos instrumentos de política agrícola, ⁽²⁷⁾ criado pelo Governo da Federação, com a finalidade de levar os produtores rurais a desenvolverem o processo produtivo.

Dentre todos os instrumentos, ⁽²⁸⁾ o crédito agrícola destaca-se como o mais importante, capaz de interferir no mecanismo de ação dos demais instrumentos.

O crédito rural serve como "orientador" para os

(27) O Estatuto da Terra no artigo 1º parágrafo 2º diz: "Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra que se destina a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agro-pecuárias, no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país".

(28) Além do crédito rural existem vários outros instrumentos de políticas agrícolas, entre os quais enumera-se: subsídios, preços mínimos, seguro agrícola, assistência técnica e tributação territorial, entre outros.

demais instrumentos de política agrícola, sem o qual tornar-se-á difícil viabilizar qualquer um deles.

O grau de importância do Crédito Rural aumenta à medida em que as relações de produção pré-capitalistas, no campo, vão se transformando, ou seja, a partir do instante em que a agricultura vai assumindo uma função de produção capitalista. É neste sentido que Molina Filho, afirma: "O presente século, principalmente após a crise de 29/30, consolidou a empresa capitalista no campo. Esta surgiu da necessidade de entrar o capital na exploração agrícola e da mudança nas relações sociais de produção dos antigos latifúndios desmembrados ou carentes de mão-de-obra" (MOLINA FILHO, 1981:36).

Os números apresentados pelo Anexo 19, sobre o crédito rural utilizado, indicam que o crédito rural no Estado vem aumentando, significativamente, a partir de 1972, quer em número de contratos, quer em valor financiado, embora saibamos que a parcela de agricultores paraibanos que são beneficiados com o crédito rural ainda é muito pequena em relação ao total destes.

Em 1969, ⁽²⁹⁾ como podemos constatar no Anexo 19, o número de contratos para financiamentos agrícolas foram de 14.183 e, já no ano seguinte, (1970), este número de contratos decresce para 13.657. Em relação ao valor financiado (a preços correntes), verificamos no mesmo quadro que, houve igualmente uma diminuição no volume de recursos aplicados no setor agrícola de 1969 para 1970, da ordem de oito milhões e noventa e cinco mil cruzeiros.

Ainda no Anexo 19, constatamos que, de 1971 para 1972, apareceu um ligeiro decréscimo, tanto no número de contratos, como no valor financiado (a preços correntes quan

(29) Nesse ano, o SNCR inicia a emissão de estatísticas sistemáticas sobre o total de recursos aplicados à agricultura e à pecuária.

to a preços constantes). A partir daí (1972), como vimos anteriormente, ocorreu um sensível aumento, tanto em relação ao número de contratos quanto aos recursos financeiros aplicados.

Em 1976 (últimos dados do Anexo 19), constatamos que o valor médio por contrato cresceu de dois milhões duzentos e cinco mil cruzeiros em 1972, para quatro milhões, seiscentos e trinta mil cruzeiros.

O Anexo 20, mostra a distribuição de crédito rural orientado por financiamento no Estado, a partir de 1969 até 1982.

Observamos que nos primeiros 3 anos deste quadro demonstrativo, verificamos um crescimento tanto em número de contratos (386 em 1969, para 1.517 em 1981), quanto em número de recursos aplicados à agricultura e pecuária (2.635.688,00 em 1969, para 18.097.598,47 em 1971). A partir de 1972, (como evidencia o Anexo 20), houve uma diminuição no número de contratos agrícolas até 1975.

Em relação aos recursos aplicados de 1972 a 1975 (Anexo 20), embora o número de contratos haja diminuído de 1972 para 1975, constatamos à luz dos dados, que nos estão sendo oferecidos pelo Anexo 20, que no período considerado, houve um constante crescimento, e que de 16.370.189,00 em 1972 passou para 61.270.175,51, em 1975.

Em 1976, observamos (Anexo 20), uma retomada no número de contratos (de 880 em 1975), da ordem de 258 a mais, em relação ao ano anterior.

Daí em diante, percebemos um crescimento constante e substancial no número de contratos até 1980 (ver Anexo 20), para decrescer um pouco em 1981, e mais acentuadamente, em 1982 (cai de 12.191 contratos em 1981, para 6.538 em 1982). No que pese à variação efetivada no número de contratos, em relação ao montante de recursos aplicados, o

Anexo 20, evidencia que de 1976 para 1982, houve um constante crescimento nos recursos aplicados através do crédito rural orientado (de 109.868.552,18, em 1976, para 3.596.121.167,85 em 1982).

O crédito rural orientado aplicado no Estado por Regiões Administrativas da EMATER/PB, nos exercícios de 1981 e 1982, nos induz a pensar que a participação na distribuição do crédito agrícola aos agricultores vem caindo substancialmente. (Anexo 21). Além do mais, sabe-se que, a participação de pequenos proprietários no crédito agrícola é cada vez mais reduzida, em função de não disporem de um maior patrimônio que possa garantir aos bancos (mesmo oficiais), a certeza do retorno do capital de origem.

O (Anexo 21) mostra que na Região Administrativa de Catolé do Rocha, o número de financiamentos diminuíram de 2.423 contratos em 1981, para 1.478 em 1982; embora em relação aos recursos aplicados observamos que ocorreu um acréscimo de aproximadamente 2 milhões 226 mil cruzeiros. Desse resultado, deduzimos que um número mais elevado de agricultores deixou de se utilizar de tais recursos. Verificamos, igualmente, uma redução brusca no número de contratos na Região Administrativa de Guarabira, vez que, de 1.093 contratos realizados em 1981, foram efetivados no ano de 1982, apenas 332, notamos, inclusive, uma redução em recursos aplicados (Anexo 21).

Em 1981, as Regiões Administrativas que mais participaram no número de contratos foram: Campina Grande (2.059 contratos); Sousa (2.195 contratos) e Itabaiana (1.438 contratos), afora as já citadas. As regiões administrativas que menos participaram do total de financiamentos foram: Patos (com 324 contratos); Princesa Isabel (com 484 contratos); João Pessoa (com 590 contratos); Itaporanga (com 700 contratos) e Areia (com 885 contratos de financiamentos).

Em relação ao exercício de 1982, os contratos agrícolas foram reduzidos, praticamente à metade e, em al-

guns casos, em menos da metade (Anexo 21, Regiões Administrativas de Guarabira, Sousa, Itaporanga, Itabaiana e João Pessoa).

No tocante ao volume de crédito, os agricultores foram prejudicados, tanto em 1981, como em 1982 e, de modo particular neste último, que a despeito da elevada taxa de inflação (3 dígitos em 1982), os recursos aplicados no setor agrícola foram praticamente igual ao ano anterior

O Anexo 22 evidencia, a partir de dados estatísticos colhidos junto a EMATER/PB, como a distribuição dos recursos por produto é desigual e como estes, incidem sobre os produtos voltados para o mercado externo, em detrimento daqueles destinados ao consumo interno.

É visto de forma evidente (Anexo 22), a participação no número de contratos agrícolas dos produtos chamados de "exportação", como: Algodão arbóreo (4.330), em 1980; algodão herbáceo (1.307), em 1980 e bovinocultura de corte (1.812), no ano de 1980. Enquanto, produtos como: milho, apresenta apenas 120 contratos, em 1980, feijão 130 contratos, em 1980, tomate 11 contratos, em 1980, batata doce, apenas 05 contratos de financiamento em 1980, entre tantos outros produtos tidos como de subsistência.

Em relação ao crédito rural aplicado no ano de 1981, nos diversos produtos, novamente se confirma a análise feita em relação ao ano anterior (Anexo 23), em que os produtos como: algodão, cana-de-açúcar, bovinocultura de corte, aparecem com aplicações de crédito rural bastante elevadas em relação a outros produtos. Para exemplificar é bastante verificar no mesmo Anexo que, só o algodão recebeu financiamento da ordem de 900 milhões de cruzeiros, outros produtos como, milho e feijão juntos, atingiram, apenas, um pouco mais de 1 milhão de cruzeiros. No que se refere ao

ano de 1982, verificamos um ligeiro acréscimo no que diz respeito ao valor financiado.

Quanto à participação no número de financiamentos observamos um decréscimo bastante significativo, embora os valores financiados tenham aumentado (Anexo 23).

O grau de concentração dos recursos aplicados nas atividades agrícolas em 1982, nada difere do ano anterior, onde os privilégios de culturas tidas como de "exportação" continuam merecendo os maiores volumes de recursos, embora produtos como milho e feijão obtiveram (em relação ao número de financiamentos) cerca de 1.000 contratos (Anexo 24).

A participação das regiões administrativas, ⁽³⁰⁾ no crédito rural orientado, foi a seguinte: a Região Administrativa de Campina Grande foi a primeira na participação em valor dos financiamentos no ano de 1981, com 23,8% do total e em 1982, sofreu um decréscimo da ordem de 1,3%, em relação ao total do ano. Portanto, só obteve uma participação no volume de crédito de cerca de 22,5% do total do Estado que, embora tenha reduzida sua participação, o valor dos financiamentos foi um pouco maior do que o do ano anterior: em seguida, vem a Região Administrativa de Catolé do Rocha, que alcançou em 1981, 18% do total do valor dos financiamentos do crédito agrícola, já em 1982, conseguiu um significativo crescimento de 4,3% da quantidade de recursos, em relação a 1981, participando com 22,3% do valor total dos financiamentos; em terceiro lugar, na participação do crédito rural orientado, surge a Região Administrativa de Sousa, que obteve uma participação no ano de 1981 de 16,2% do total e em 1982, conseguiu passar sua participação para 17,4%; logo em seguida, aparece a Região de João Pessoa, com uma participação em 1981, no valor dos financiamentos da ordem de 8,1%, em relação ao total e, em 1982, sua participação no valor dos financiamentos foi reduzida para

(30) Para facilitar o acompanhamento do seu trabalho a EMATER/PB, dividiu o Estado em 10 Regiões Administrativas (Anexo 29).

6,8% do total; em quinto lugar, na participação do valor do crédito orientado, vem a Região Administrativa de Itaporanga que participou com 7,7% do total em 1981 e em 1982, decresceu para 6,9%; em sexto lugar em termos de participação do valor total dos financiamentos, aparece a Região Administrativa de Areia que, em 1981, obteve uma percentagem igual à Região anterior, ou seja, 7,7% e, em 1982, esta participação foi reduzida para 5,6% do total; em continuação, apresenta-se a Região Administrativa de Guarabira com uma participação no valor dos financiamentos de 5,7% em relação ao total para 1981 e em 1982, verificamos uma redução para 3,9%; em oitavo lugar aparece a Região Administrativa de Patos que participou em 1981, no valor dos financiamentos com 4,3% do total e recebe um acréscimo de 3% em 1982, somando-se sua participação no ano em relação ao total de 7,3%; e finalmente vem a Região Administrativa de Princesa Isabel, com uma participação, em 1981, no valor dos financiamentos, de 3,3% do total e em 1982, sua participação foi de 3,7% do total (Anexo 21).

Como se pode observar no Anexo 21, as regiões administrativas que mais participaram no valor dos financiamentos foram: Campina Grande, Catolé do Rocha e Sousa, que juntas obtiveram uma participação de 62,2% do total dos financiamentos, em 1982. Tais Regiões dedicam-se, de modo especial, à pecuária e a cultura do algodão. Quem planta algodão, e dedica-se à pecuária são os grandes proprietários, detentores de prestígio político, que faturam em cima dos subsídios concedidos ao crédito rural e aplicam em atividades mais rentáveis. Neste sentido (ÁLVARES DA SILVA, 1977), em palestra para técnicos do Setor Agrícola, faz a seguinte proposição: "Conseguir-se a conscientização dos produtores de alta renda, no sentido de passarem a reinvestir, nos campos, os lucros obtidos em suas explorações rurais".

São objetivos específicos do crédito rural:

- a) estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado pelo produtor na sua propriedade rural, por suas cooperativas ou por pessoa física ou jurídica equiparada aos produtores;
- b) favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- c) possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- d) incentivar a introdução de métodos racionais da produção visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo. (MCR - Nº 1 - 1974)

Encontram-se assim, descritos no MCR, os objetivos a que se propõe o Crédito Rural, no entanto, são frequentes os desvios de parte dos financiamentos para outras atividades economicamente mais rentáveis. A respeito de tais desvios, assim se expressa Guedes Pinto: "cabe destacar aquele relativo ao desvio de recursos para outras atividades, em especial para o mercado financeiro uma vez que esta prática ilícita é muito mais freqüente do que se imagina" (GUEDES PINTO, 1978:201). Também registram-se outros tipos de vazamentos de recursos subsidiados: o caso do "adubo-papel" e o "calcáreo-papel". Tais vazamentos foram reconhecidos e dados a conhecer pelo próprio Presidente do Banco do Brasil S/A - responsável pela aplicação de aproximadamen-

te 75% dos créditos concedidos ao setor.

O caso do "adubo-papel" e o "calcáreo-papel" (31) consistia no fornecimento de uma guia pelo fornecedor, como se o agricultor tivesse comprado a mercadoria. De posse da guia o agricultor dirigia-se ao Banco do Brasil e recebia os 40% correspondentes ao subsídio concedido pelo governo. Segundo técnicos do setor agrícola do Rio Grande do Sul, o adubo supostamente adquirido no período de um ano, pelos agricultores gaúchos, daria para adubar todo o Estado do Rio Grande do Sul no período de três anos.

- Crédito Rural orientado por Produto

Para efeito desta análise, considerou-se o algodão, a cana-de-açúcar, o abacaxi, o sisal, a batata inglesa e a bovinocultura de corte, como produtos "comerciais" e o feijão, o milho, o arroz, a mandioca, o inhame e a batata-doce, como produtos de "subsistência". Procura-se mostrar a participação dos principais produtos "comerciais" e de "subsistência" no Estado, no número de financiamentos (32) e valor do crédito orientado no decorrer de um triênio.

Para mostrar com maior clareza a concentração do crédito rural em alguns produtos e a diferença existente entre os produtos "comerciais" e os de "subsistência" foi elaborado o Anexo 25, que evidencia o número e valor dos financiamentos obtidos pelos referidos produtos.

Inicialmente verifica-se que, enquanto os produtos "comerciais" obtiveram 7.776 financiamentos, em 1980, no valor de Cr\$ 968.404.000,00, os de "subsistência" obtiveram apenas 683 financiamentos, no valor de Cr\$ 38.747.000,00. Para o ano de 1981, os produtos "comerciais" alcançaram 6.303 contratos de financiamentos, no valor de Cr\$... 1.502.451.000,00. Embora, tenha havido uma redução de 1.473

(31) No caso, o agricultor nem adquiria adubo e nem calcáreo.

(32) O financiamento da produção é aqui enfocado como sendo os recursos concedidos pelo Governo, através da rede de bancos, para as fases de custeio, investimento e comercialização.

no total de contratos de 1980 para 1981, verificamos um acréscimo no valor total dos financiamentos da ordem de Cr\$ 534.047.000,00.

Por outro lado, neste mesmo ano, as culturas de "subsistência" receberam 1.700 financiamentos, no valor de Cr\$ 171.694.000,00. Em termos de valor de financiamentos no exercício de 1981, constatou-se uma diferença entre as culturas "comerciais" e de "subsistência" equivalente a Cr\$ 1.330.757.000,00. No ano de 1982, os produtos "comerciais" obtiveram um total de 4.832 financiamentos, no valor de Cr\$ 2.036.502.981,20. Novamente se registra um decréscimo no total de financiamentos de 1981 para 1982, da ordem de 1.471, muito embora, tenha havido um aumento consubstancial no valor dos financiamentos de Cr\$ 534.051.981,20 em relação ao exercício anterior. No grupo de culturas de "subsistência" no ano de 1982, verificamos 2.717 financiamentos, no valor de Cr\$ 304.642.765,00. A diferença existente em 1982, entre os produtos "comerciais" e os de "subsistência" foi de Cr\$ 1.731.860.216,20. Observa-se ainda, através dos dados demonstrativos do Anexo 25 que, ocorreu uma diferença de ano para ano no número de financiamentos, dos produtos comerciais enquanto que, no grupo de culturas de "subsistência" ocorreu um crescimento constante no triênio analisado.

Entre os produtos "comerciais", o algodão foi o que alcançou o maior número de financiamentos no triênio (13.709), como também, no valor de financiamentos Cr\$ 2.739.490.103,00. Em relação à cana-de-açúcar, essa cultura obteve de 1980 a 1982, 446 financiamentos no valor de Cr\$ 523.803.677,00. A bovinocultura de corte, nos três anos considerados, totalizou 4.315 financiamentos no valor de Cr\$ 1.034.935.634,00. A cultura do abacaxi, de 1980 a 1982, obteve 181 financiamentos no valor de Cr\$ 143.613.394,20. Quanto ao sisal, no triênio analisado, recebeu um total de 185 financiamentos no valor de Cr\$ 58.266.657,00. A batata inglesa obteve no triênio (80/81/82), um total de 75 financiamentos no valor de Cr\$ 7.247.516,00.

No tocante às culturas de "subsistência", o fei-

*Pode ser
o valor de
dinheiro?*

jão recebeu de 1980 para 1982, 1.742 financiamentos, no valor de Cr\$ 158.138.317,00. A cultura do milho obteve no triênio 1.684 financiamentos, no valor de Cr\$ 157.883.857,00. Quanto ao arroz, este recebeu, de 1980 para 1982, 1.141 financiamentos, no valor de Cr\$ 129.489,404,00. A cultura da mandioca obteve nos três anos (80/81/82), 291 financiamentos, no valor de Cr\$ 35.385.511,00. O inhame recebeu no triênio 198 financiamentos no valor de Cr\$ 29.382.000,00. Já a batata doce obteve no mesmo período 44 financiamentos no valor de Cr\$ 4.804.676,00.

Diante da evidência dos dados, observamos a concentração do crédito rural nos produtos chamados "comerciais", em detrimento dos demais produtos.

- Crédito Rural: Ambigüidades da Modernização

Segundo SCHULTZ, (1980) existe na agricultura brasileira duas características: moderna e tradicional. A tradicional encontra-se em quase todas as regiões brasileiras e é a supridora de milho, feijão, algodão, sisal, mandioca, carne e cacau. É a agricultura moderna que localiza-se perto dos grandes centros consumidores e é encarregada de suprir o mercado consumidor, de outros produtos como: frutas, batatas, verduras e leite tipo infantil, entre outros.

Por conseguinte, não se pode supor, pela ótica de Schultz, que a agricultura moderna se caracteriza pelo desenvolvimento e conseqüente emprego de técnicas modernas.⁽³³⁾ É a agricultura tradicional como sendo aquela que usa os métodos tradicionais, rotineiros.

O processo de modernização⁽³⁴⁾ que verificamos no setor agropecuário, notadamente a partir da década de

(33) É a técnica desenvolvida com o objetivo de alcançar maior produtividade (em termos físicos) por homem e ha.

(34) Transformação do latifúndio em empresa agrícola, com a introdução de técnicas modernas de produção, com a finalidade de se beneficiar dos "subsídios" concedidos pelo Governo.

70, tem sido mais em função de pressões do setor industrial do que das reais necessidades do setor. O que houve foi um salto da agricultura de "enxada" para uma agricultura "mecanizada", cujo agricultor não está preparado para uso de máquinas. Então, o que tem acontecido muitas vezes, é que a máquina ou trator são usados para outras atividades e quando se quebra uma peça, não existindo no comércio local, muitas vezes tem que se mandar comprá-la nos grandes centros comerciais, como, Rio de Janeiro e São Paulo.

À propósito dessa colocação, JUNQUEIRA (1980) afirma: "O processo de modernização não surge das suas condições concretas, do seu mecanismo interno de expansão e da disponibilidade e custos de fatores produtivos, mas sim como uma pressão externa vinda do setor industrial; o Estado tem um papel fundamental fornecendo incentivo e subsídio e, particularmente, criando demanda para os produtos do complexo agroindustrial, através da violenta expansão do crédito altamente subsidiado, notadamente a partir de 1967".

Por outro lado, a política de inovação tecnológica empreendida pelos governo no setor agrícola, tem se enveredado mais para modernizar as relações de produção, mantendo a estrutura fundiária existente. O exemplo típico dessa assertiva é a linha de ação dos "Projetos Especiais" tipo, "Polonordeste", "Sertanejo", além de outros. Neste sentido, assim se expressa JATOBÁ (1981:372-373). "Na ausência de uma estruturação fundiária prévia, os benefícios da política econômica tendem a ser apropriados pelos grandes proprietários e por um pequeno estrato de pequenos e médios proprietários, reforçando, assim, o processo de diferenciação de pequenos produtores que se manifestavam como tendência. Reforçar a economia de uma pequena minoria de pequenos proprietários significa fazer a maior parcela deles depender cada vez mais do trabalho assalariado, aumentando o subemprego, comprimindo os salários e favorecendo maior taxa de lucros das pro -

priedades mais capitalizadas".

A concessão do crédito subsidiado implica, em geral, na aquisição de uma certa percentagem dos chamados "insumos modernos", e ainda na assistência técnica (extensão rural). Ora, mesmo que o agricultor não necessite de "insumos" ou não queira a "assistência técnica", ele estará forçado pelas circunstâncias em que lhe é concedido o crédito, a adquirir "insumos" e a receber a assistência técnica. Por exemplo, mesmo quando em determinadas regiões em que o aumento da produção se der por expansão de fronteira agrícola, que do ponto de vista técnico o uso de insumos é perfeitamente dispensável, o homem do campo é obrigado a comprar aquela percentagem dos chamados "insumos modernos".

O que se pode observar é que, tanto um, como o outro tipo de agricultura são contraditórios do ponto de vista social. De um lado, temos a agricultura tradicional com seus métodos demasiadamente primitivos e, do outro, uma agricultura moderna, poupadora de mão-de-obra. São problemas que, no primeiro caso, só se resolveria através do aumento de produção agrícola e este, só por meio da modernização da agricultura tradicional. No segundo caso, a solução, encontra-se no desenvolvimento do setor industrial que, por sua vez absorveria a mão-de-obra liberada.

Quanto ao emprego do crédito na produção agrícola sabemos que, a produção obtida com a aplicação dos recursos não corresponde ao volume de recursos aplicados (Anexos 20, 21, 22, 23 e 24).

Mesmo diante das exigências, quando da obtenção de crédito no emprego de insumos modernos, o grande consumidor de tais insumos no País, é mesmo o Centro-Sul.

O uso de insumos no Estado, resume-se quase às culturas do abacaxi, cana-de-açúcar e batata inglesa.

A respeito da utilização do crédito rural em capítulo anterior vimos o problema dos desvios do crédito rural para outras atividades. Uma boa parcela dos "tomadores" empregam parte destes recursos em compra de terras, casas, apartamentos e carros de luxo. Por conseguinte, pelas colocações feitas, o que existe mesmo, em termos de modernização agrícola no Estado, é muito mais especulação, do que mesmo modernização.

A tentativa de adoção de técnicas modernas no nordeste, tem sido uma extrapolação das já adotadas em outras regiões, notadamente do centro-sul do país, ⁽³⁵⁾ que dispõe a seu favor, uma topografia plana, solo e condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento das culturas.

O Nordeste possui uma realidade diferente das demais do país, qualquer tentativa de adoção de tecnologia terá que levar em consideração suas peculiaridades, inclusive a sua condição de produtores rurais de baixo nível de renda.

Dentro das atuais circunstâncias, para o agricultor nordestino é mais interessante utilizar o fator de produção que dispõe, qual seja, da sua mão-de-obra e de sua família para produzir os meios que lhes garantam a subsistência.

Na Paraíba, produtores das chamadas culturas "comerciais", principalmente, cana-de-açúcar e abacaxi, utilizam-se de tecnologias modernas para aumentarem suas produções. ⁽³⁶⁾

(35) Experiências de adotar em regiões do semi-árido nordestino, máquinas, lavouras e práticas culturais adequadas às regiões temperadas, resultaram em fracasso.

(36) Tais culturas são cultivadas principalmente, na Região Administrativa de João Pessoa (Micro-região Litoral Paraibano).

A modernização dos pequenos estabelecimentos rurais do Estado, constitui-se em um desafio, vez que os fatores de produção que dispõem é a mão-de-obra e a terra. Partindo-se da premissa que a terra é um fator de produção fixo (com espaços restritos) e a mão-de-obra variável, neste caso, o aumento da produção só poderá ser conseguido através do aumento da quantidade da força de trabalho.

Portanto, a modernização das relações de produção nos pequenos estabelecimentos merece ser repensada, vez que, da maneira como está sendo implantada, partindo de uma agricultura de "enxada", com um emprego de mão-de-obra intensivo e uma produção de subsistência, para um estágio de emprego de tratores, máquinas, sementes selecionadas, fertilizantes e outros. Em outras palavras, este é o modelo de emprego de tecnologia nova, que se está implantando (governo e produtor rural), ou seja, saindo de uma economia pré-capitalista, com emprego de mão-de-obra intensivo, para, uma economia de mercado, capitalista, altamente poupadora de mão-de-obra. Qualquer tentativa de mudança nas relações de produção dos pequenos estabelecimentos, deve estar centrada na sua aceitação por parte destes, para que se obtenha o êxito esperado.

Segundo WEIT, (1978) a adoção de novas tecnologias implementadas com êxito, em países como, México e Israel, foram implantadas por etapas, observando-se o processo evolutivo dos estabelecimentos rurais. Partindo do estágio inicial (subsistência) estudado exaustivamente, passando por uma segunda etapa, chamada (estágio diversificado ou misto) e, finalmente, veio a última fase do programa de modernização dos estabelecimentos rurais, chamada de "especialização". Sem dúvidas, ao atingir esta fase do processo de modernização, o pequeno agricultor já acumulara uma gama de experiências que lhe assegurava tornar-se um empresário agrícola bem sucedido.

Pelo modelo de modernização imposto ao setor agrícola nordestino e por extensão, ao paraibano, não há como vislumbrarmos qualquer perspectiva animadora, em função das dificuldades em modernizar as relações de produção dos pequenos estabelecimentos agrícolas, sem no entanto, mexer com a estrutura agrária que aí está. Ademais, quando se trata de um Estado, como o da Paraíba, onde o tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas até 10 hectares é 2,65 hectares (Anexo 1).

*como
parís*

- Crédito e a Extensão Rural

A Extensão Rural, nasceu no Brasil, em 1948, sob a égide de serviço institucionalizado, tendo por base um modelo norte-americano, implantado na época, nos E.E.U.U., depois de perfeitamente adaptado às nossas condições. Porém, somente em 1954, é que esse serviço atingiu o Nordeste, com o objetivo de promover o desenvolvimento agrícola, através da obtenção de mudanças sócio-econômicas dirigidas especialmente para o agricultor e sua família, ou seja, assumiria assim, o papel de agente provocador de mudanças psicossociais, capazes de acelerar a promoção do desenvolvimento do meio rural.

A partir de 1960, (EMBRATER, 1980) quando novos mecanismos são acionados pelo governo, tendo em vista o desenvolvimento regional, como por exemplo, quando a SUDENE procurou enfatizar a problemática nordestina, dentro de um prisma estrutural global, como um meio de atingir-se o pleno desenvolvimento da região na sua totalidade; é que a Extensão Rural, a partir de então, empenhou-se em promover as transformações que "possibilitassem ao agricultor passar de uma situação para outra mais condizente com suas necessidades e aspirações de desenvolvimento, como pessoa, como membro da sociedade e como produtor rural, valendo-se para isto de um processo

educativo, realizado junto aos produtores e suas famílias, objetivando aumentar a produção, a produtividade e a renda líquida; como também, uma melhoria das condições de vida do produtor e a preservação do meio rural.

Por volta de 1969, nova estratégia de ação é assumida pela Extensão Rural, com a finalidade de transferir tecnologia ao agricultor, consubstanciada no ajustamento e aprimoramento do binômio crédito versus assistência técnica, utilizando como instrumento o "Crédito Rural Orientado",⁽³⁷⁾ capaz de garantir com apoio de orientação técnica ao nível de produtor.

A existência do binômio crédito versus assistência técnica, coloca à disposição de nossa agropecuária os meios indispensáveis para a sua tecnificação - promovendo a geração e difusão de tecnologia agrícola, e a maximização de sua produtividade. No entanto, no que tange à transferência de tecnologia, requer-se cautela nos procedimentos utilizados dentro do processo evolutivo da agricultura, para que, a conscientização gerada traça novos rumos a serem seguidos pela Extensão Rural, sobretudo uma perfeita interação entre a pesquisa e a técnica (durante os primeiros catorze anos de atividades da Extensão, ela funcionou sem a pesquisa), para um aperfeiçoamento do processo.

O Crédito Rural, subsidiado ou não, deve motivar a introdução de métodos racionais de produção, objetivando o aumento da produtividade e a conseqüente melhoria das condições de vida das populações rurais, como também a defesa do solo. Outrossim, a necessidade de introduzir métodos racionais de produção, revela uma maior interação entre o crédito rural e a assistência técnica. Essa assistência técnica traduz-se, através da orientação prestada por técnicos

(37) O Crédito Orientado surgiu após a institucionalização do crédito rural, através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que criou condições para a participação efetiva dos demais bancos no processo da distribuição dos financiamentos e para a indispensável e necessária conjugação Crédito X Assistência Técnica.

especializados, baseada em planos ou projetos agropecuários.

Pela Circular nº 637, emitida através do Banco Central, "em nome da desburocratização do Crédito Rural", este passou a dispensar a exigência de acompanhamento de plano ou projetos-agropecuários para obtenção de empréstimos até 2.000 MVR (Maior Valor de Referência). Isto significa que a assistência técnica torna-se-á dispensável para os empréstimos de até 2.000 MVR.

Segundo o artigo "Banco Central Prejudica Assistência Técnica" (JEA-1981:13-14): "a medida deverá intensificar a concentração do crédito nas mãos dos grandes proprietários. Estima-se que, apenas 20% dos estabelecimentos rurais do país têm acesso ao crédito rural, e entre estes, 1% recebe 40% dos recursos".

Com relação à assistência técnica, contatos mantidos com diversos agropecuaristas do Estado, revelam que o nível de tal "assistência" vem decaindo muito, notadamente a partir de 1980.

- O Crédito Rural e o Cooperativismo

As Cooperativas de produção se constituem em um veículo de descentralização do crédito rural, em razão da sua própria infra-estrutura que é usada para concessão de crédito aos seus associados. Por outro lado, beneficia os pequenos produtores que via de regra, se deparam com uma série de dificuldades, como:

- a) o excesso burocrático dos bancos;
- b) a perda de dias de trabalho para conseguir o empréstimo;

- c) a despesa com passagem, estadia e alimentação;
- d) dificuldades em apresentar "garantias" para obtenção do crédito; e
- e) o desinteresse da rede bancária.

De um modo geral, os agropecuaristas encontram dificuldades na obtenção do crédito agrícola, especialmente os pequenos produtores (com ou sem terra), em função das restrições da oferta de crédito. Tais recursos sendo repassados via cooperativas, ensejariam uma mais adequada distribuição desses recursos. A respeito da influência de restrição de crédito na organização da produção do setor agropecuário, em tese sobre o assunto, (VASCONELOS, 1979) chega a seguinte conclusão: "Na comparação da performance econômica dos agricultores que sofrem restrições e os que não sofrem, foram observadas diferenças importantes. Os resultados sugerem que o racionamento de crédito para uma parcela de fazendeiros afeta o comportamento econômico desses agricultores, fazendo com que operem num ponto de ótimo a um nível de produção abaixo do ótimo, dos fazendeiros não atingidos pela restrição".

Ademais, a rede de bancos, notadamente os "comerciais", preferem operar através de cooperativas, utilizando-se da infraestrutura destas, com a finalidade de reduzir os seus custos operacionais.

Por outro lado, a utilização da infraestrutura das cooperativas é uma forma de descentralizar o crédito rural. Segundo (LIENHARDT, 1982): "o crédito rural através das cooperativas apresenta as seguintes vantagens: 1) da descentralização; 2) aumenta o tamanho médio dos empréstimos; 3) reduz os

tempo requeridos nas tramitações; 4) contribui a diminuir o risco da inadimplência; 5) permite também associar mais facilmente o crédito com a assistência técnica e o fornecimento de insumos".

CAPÍTULO III

AS TÉCNICAS MODERNAS NA AGRICULTURA

AS TÉCNICAS MODERNAS NA AGRICULTURA

- Adoção de Técnicas Modernas e Utilização de Insumos

Nos últimos anos, a agricultura tradicional vem sofrendo profundas alterações no seu perfil econômico e social. A opção adotada para a modernização da agricultura baseou-se no axioma de que o uso intensivo de insumos modernos, basicamente máquinas, equipamentos agrotóxicos, fertilizantes químicos e sintéticos, rações concentradas, sementes selecionadas para responder a esses insumos, resolveriam o problema da agricultura de um Estado carente de recursos, localizado na mais pobre região do País e que apresenta grande quantidade de agricultores com baixíssimo nível tecnológico e que se mantém ainda no estágio da "agricultura de enxada", sem aplicar qualquer dos conhecimentos e insumos que caracterizam a agricultura moderna.

Tais modernizações vêm apresentando um crescimento que ainda deixa muito a desejar, na Micro-região do Litoral Paraibano e alguma parte do Brejo Paraibano, naja visto

que aí se situa as maiores usinas e destilarias do Estado, onde as culturas exploradas (cana-de-açúcar e abacaxi), por excelência, apresentam uma rentabilidade econômica-financeira que justifica tais investimentos.

Nas demais Micro-regiões do Estado, a adoção de novas tecnologias não apresentam um resultado satisfatório, uma vez que não justificam a utilização de insumos modernos e sofisticados, tendo em vista as próprias culturas aí exploradas (algodão, sisal e pecuária).

As próprias autoridades governamentais não escondem a situação da Agricultura Brasileira em determinadas regiões, na medida em que afirmam em um dos seus Planos de Desenvolvimento: "é preciso reconhecer que as áreas de agricultura tradicional permanecem em seu estágio de baixo desenvolvimento pela ação de causas historicamente interdependentes". (BRASÍLIA, 1974).

Alguns técnicos, ao procederem análises sobre o desenvolvimento agrícola, têm usado os termos "moderno" e "tradicional", para tal, sem no entanto, procurarem outros meios de medir o desenvolvimento.

Segundo Galjart, os conceitos "moderno" e "tradicional" não explicam, necessariamente, se houve ou não desenvolvimento agrícola e diz que a utilização destes conceitos podem induzir os sociólogos rurais a desprezar outras variáveis que afetam o desenvolvimento e apontam meios mais simples de verificar as variáveis que induzem o agricultor a aceitar inovações sob "as rubricas de ignorância, incapacidade e desinteresse". Tais conceitos foram usados pelos sociólogos, na medida em que observaram os agricultores que estavam inovando em outros aspectos de suas vidas. Por exemplo, quando as esposas dos agricultores penteavam-se de conformidade com a última moda.

Feitas algumas observações sobre os conceitos de "moderno" e "tradicional", Galjart conclui: "sustento que os conceitos moderno e tradicional fracassaram como instrumento com os quais se procura entender o desenvolvimento agrícola no terceiro mundo". (GALJART, 1969).

Dentro da visão de Galjart, com a qual concordamos, foram encontradas variáveis para se mensurar o desenvolvimento agrícola, porém, não o suficiente.

O uso de insumos modernos na agricultura paraibana, ainda se mostra incipiente, vez que são duas micro-regiões (Litoral paraibano e Brejo paraibano) apresentam-se com uma certa dose de utilização dos chamados "insumos modernos". Por outro lado, a utilização de tais insumos, está reduzido praticamente a dois produtos, como sejam: a cana-de-açúcar e o abacaxi. Assim sendo, não podemos afirmar que a agricultura estadual está se inovando em termos de uso de "insumos modernos". É possível que um ou outro agropecuarista (isoladamente) esteja inovando, em função da obrigatoriedade de utilização de certas "práticas modernas", constantes dos projetos elaborados pela extensão rural, para obtenção do crédito, por parte do agricultor. Tal exigência foi extinta a partir da publicação da Circular 637/81, do Banco Central, para crédito de até duas mil MVR (maior valor de referência). Para fazer frente àquelas exigências, o agricultor adquiria os "insumos" exigidos pelos projetos para obtenção do crédito e simplesmente a maioria deles não os usava. Outros, adquiriam guias como se tivesse comprado os "insumos" a fim de cumprir o que estabelecia o projeto.

Desse modo, não se pode afirmar que os agropecuaristas paraibanos estejam modernizando os seus estabelecimentos agrícolas. É praticamente inviável tentar a moderni-

zação do setor agrícola sem primeiro sensibilizar o agricultor para tal, mostrando a necessidade da adoção de determinadas "práticas", a fim de aumentar a produtividade de seus estabelecimentos e, conseqüentemente, de sua renda. Em capítulo anterior foi visto experiências neste sentido.

Quanto ao uso de fertilizantes no Estado, não apresenta nenhuma significação, em termos de quantidade utilizada. A respeito do uso de fertilizantes no Nordeste, um trabalho da ANDA/BNB/MA, faz a seguinte colocação: "A pequena utilização de fertilizantes representa um dos fatores de maior responsabilidade pelo incipiente padrão tecnológico predominante na agricultura da região". (ANDA/ENE/MA.1972/74). Assim sendo, o consumo de fertilizantes restringe-se, praticamente, ao Centro-Sul do país.

Para se ter uma idéia do consumo aparente de fertilizantes em toda região nordestina, é bastante observar o quadro a seguir, que para tanto, atribuiu-se ao ano de 1971, o valor relativo 100, a partir do qual calculou-se os índices dos anos anteriores.

ANO	CONSUMO	VALOR RELATIVO
	N - P ₂ O ₅ K ₂ O (toneladas)	
1967	40.559	42,7
1968	38.428	40,3
1969	52.462	55,1
1970	89.052	93,6
1971	95.040	100,0

FONTE DOS DADOS: Programa Trienal de Difusão do uso de Fertilizantes do Nordeste. 1972/1974. ANDA/BNB/MA.

A baixa produtividade da agricultura nordestina pode ser justificada através do consumo de fertilizantes em toneladas de nutrientes $N-P_2O_5-K_2O$, como pode ser observado nos dados apresentados. Para que se tenha uma idéia dessa baixa produtividade, é suficiente observar que, enquanto a Região Centro-Sul do país apresenta para a cana-de-açúcar 52.200 quilos por hectare, a Região Nordeste apresenta 42.800 quilos por hectare (ver Programa Trienal de Difusão do uso de Fertilizantes do Nordeste 1972/74. ANDA/BNB/MA). Portanto, registramos uma diferença de 9.400 quilos por hectare a mais na produtividade da Região Centro-Sul por hectare, em relação a Região Nordeste.

No Nordeste, já existem indústrias misturadoras de fertilizantes. O funcionamento desse tipo de indústria é uma prova de que está havendo aumento no consumo de fertilizantes. O quadro a seguir mostra o consumo aparente, em toneladas de nutrientes $N-P_2O_5$ e K_2O , no Nordeste de 1971 a 1974.

ANO	QUANTIDADE	%
1971	95.040	100
1972	151.508	159
1973	141.483	149
1974	174.059	183

FONTE DOS DADOS: Programa Trienal de Difusão do uso de Fertilizantes do Nordeste. 1972/74.

De 1971 para 1974, verificamos um aumento substancial no consumo de fertilizantes.

O aumento do consumo de fertilizantes a nível de região e a nível de Estado, que por absoluta falta de informações confiáveis deixamos de apresentar dados sobre este último, deve-se não só, pela necessidade de aumentar a pro-

atividade (na Paraíba o uso de fertilizantes reduz-se praticamente à cana-de-açúcar e ao abacaxi), mas também pelo fato de constar das exigências dos projetos elaborados para obtenção, junto aos bancos, do crédito, à aquisição de uma certa quantidade de fertilizantes.

Quanto ao uso, por parte dos agricultores, de fertilizantes em outras culturas, está diretamente ligado à oferta de crédito rural orientado.

- Uso de Fertilizantes versus Riscos

O fertilizante é um insumo cheio de riscos para os pequenos agricultores. Estas fontes de risco são: a dependência da resposta ao fertilizante quanto à disponibilidade d'água, em momentos críticos do desenvolvimento das plantas, e as elevadas despesas, em dinheiro, com a compra do fertilizante. Sem água no momento crítico, a resposta ao fertilizante é limitada ou nula, em muitas culturas. Nas áreas em que existe disponibilidade regular de água (na irrigação ou distribuição das chuvas no período de crescimento das plantas) ou onde não exista seguro da produção, ou ainda os agricultores não têm uma alta propensão a correr riscos, não se pode esperar que eles estejam interessados pelos fertilizantes. A compra do fertilizante também exige grandes desembolsos e os pequenos agricultores do Estado compram poucos insumos e têm pouco acesso aos mercados de crédito.

Concluimos daí, que uma tecnologia moderna que não apresente um baixo custo de capital, não vai despertar o interesse dos pequenos agricultores, dado ao risco que venham a se submeter.

O pouquíssimo uso de fertilizantes na atividade agrícola nordestina é, entre outras causas, o principal responsável pela sua baixa produtividade.

Face a atual conjuntura da economia nacional, a ANDA⁽³⁸⁾ tem envidado esforços no sentido de tornar o uso de fertilizantes no país, menos dependente do mercado externo. Apesar do país, está produzindo mais de 50% do consumo de fertilizantes, não é possível, que os pequenos e médios produtores rurais passem a usar mais fertilizantes, tanto em função da retirada dos subsídios ao crédito rural pelo governo, como também pela insegurança de retorno do capital empregado, notadamente em se tratando do Nordeste, com seus invernos irregulares.

com que condições?

Estudo da ANDA/BNB/MA, sobre a "Difusão do Uso de Fertilizantes" na agricultura nordestina, revela que o pouco uso de fertilizantes, é responsável pela baixa produtividade das culturas da região, afora o baixíssimo nível tecnológico nela empregado.

O constante aumento dos custos de produção agrícola (juros + insumos), não é compensado, vez que o produtor rural não conta com preços remuneradores, e a exigência de capital próprio, conduz o agricultor a reduzir os custos de produção, em razão de sua descapitalização. Dentro do atual quadro de dificuldades, o produtor rural deixará ou reduzirá o emprego de adubos e outros insumos.

Por outro lado, as empresas produtoras de fertilizantes, face as medidas recentes de retirada dos subsídios ao crédito rural, já demonstram uma certa inquietação, não só pela perspectiva de queda no consumo dos fertilizantes, mas sobretudo, pela instabilidade dos distribuidores.

Uma redução nos níveis de consumo de adubos, provavelmente, provocará uma queda proporcional na oferta de alimentos. Na Paraíba, a produtividade de alguns produtos (cana-de-açúcar, abacaxi, batata inglesa, tomate e o inna-

(38) ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIFUSÃO DE ADUBOS.

me) sofrerão os efeitos das medidas de redução dos subsídios ao crédito rural, que dado a necessidade de reduzir seus custos, os agricultores serão impelidos a usar menos adubo e como consequência lógica, a disponibilidade de tais produtos sofrerá redução.

- Alternativas de Utilização: Mecanização Agrícola

A alternativa de utilizar a motomecanização ou a tração animal em substituição à mão-de-obra rural, depende de fatores tais como: tamanho da propriedade, área agricultável, tipo de cultura a ser explorada, condições de topografia, nível de renda e o conhecimento do produto beneficiário. Não obstante, em relação à toda população rural, os tratores são atualmente utilizados apenas por uma pequena minoria, qual seja, principalmente a dos grandes proprietários (SANDERS-1977). Não é provável que na próxima década os pequenos agricultores recebam o crédito necessário para obter tratores. Mesmo se recebessem o crédito, não é provável que a indústria nacional possa se expandir de forma suficientemente rápida, para mecanizar toda a população agrícola durante este período.

Além disso, provavelmente, não é necessário, em muitos casos, que os tratores estejam disponíveis para os pequenos agricultores.

Os baixos custos implícitos da mão-de-obra familiar e o baixo custo de oportunidade da terra utilizada para manter os animais de trabalho poderiam, do ponto de vista financeiro, favorecer o uso da tração animal em vez da mecânica, em grande parte do Estado. A exceção seria constituída pelos grandes produtores, para quem os problemas de obter e operar uma grande força de trabalho, várias vezes por ano, poderia elevar os custos implícitos da dependência da enxada e do animal.

O argumento crítico para a mecanização dos pequenos estabelecimentos é o primeiro deles. Em muitos casos, não seria de esperarmos um efeito nos rendimentos pela mecanização. Entretanto, um bom conhecedor poderá identificar aqueles casos em que a força mecânica faz-se necessária. Nem as razões da oportunidade da estação do ano, nem a dos custos comparativos, esperamos que favoreçam o uso da tração mecânica sobre a animal, nas pequenas propriedades. Contudo, o primeiro argumento deve ser, sistematicamente, estudado para determinadas micro-regiões.

Dado as dificuldades de aquisição com recursos próprios e a falta de financiamento pelos órgãos governamentais, destinados à mecanização por meio de tratores, é que se nota um baixo índice de crescimento na frota existente em todo Estado, e um rendimento não satisfatório (Anexo 26).

Analisando a prestação de serviços de mecanização agrícola, junto aos grandes produtores (já que os pequenos não têm acesso à mecanização agrícola), observamos que as áreas preparadas para o cultivo por tratores é muito pequena em relação à área plantada com as principais culturas (Anexo 27).

O mesmo anexo evidencia uma participação, em termos de área preparada por tratores para o ano de 1974, de apenas 10,01%, em relação ao total. Em 1975, participou com 11,37%, em 1976 com 12,54%, em 1977 com 14,80%, elevando-se em 1978 para 19,05%, considerando-se que não tenha havido expansão de fronteira agrícola de 1978 para cá, já que a área plantada com as principais culturas constantes do levantamento sistemático da produção (IBGE, 1983), alcança uma área de 1 milhão, oitocentos e setenta e nove mil e novecentos e nove hectares, em março de 1983; a participação da frota de tratores no preparo das terras para o plantio é muito pequena.

A quantidade de tratores existentes no Estado, se bem que ainda é muito reduzida, está ligada à concessão de financiamento pelo governo. De certa forma, os financiamentos, têm-se dado mais por pressão da indústria de fabricação de tratores, do que mesmo pelas necessidades do seu uso nos estabelecimentos agrícolas.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A aplicação do Crédito Rural (subsidiado) na produção agropecuária do Estado da Paraíba, pelo volume de recursos envolvidos, não tem oferecido resposta à sua principal função, que é aumentar a produção através da modernização de suas técnicas produtivas. Uma prova disso, é a sua baixa produtividade. Outro fator que tem contribuído para tal, é o desvio de recursos para atividades mais rentáveis, garantindo o retorno do dinheiro empregado. Esses desvios ocorrem com maior frequência nos estratos de área até 100 hectares (35%, conforme o Anexo 1), onde os pequenos produtores são os principais responsáveis pela produção dos chamados produtos de "subsistência", cujo retorno do dinheiro aplicado é incerto e o pequeno produtor, de um modo geral, é refratário a incertezas. Por outro lado, os proprietários de áreas acima de 100 hectares (médios e grandes, representando 65% da área estadual, Anexo 1), via de regra, dedicam-se ao cultivo de produtos "comerciais" ou à pecuária por constituírem-se em atividades lucrativas. A opção do grande produtor pela pecuária tem ocorrido, não só, pela segurança de lucro mas, também, por ser uma atividade que libera mão-de-obra e,

nesse caso, ele terá menos problemas com encargos sociais dos seus trabalhadores assalariados.

Desse modo, a importância do Crédito Rural está diretamente vinculada à transformação das relações de produção no campo.

Os dados revelam (Anexo 25) que o grosso do Crédito Rural está sendo aplicado nas chamadas lavouras "comerciais", nas quais se especializam os médios e grandes proprietários, como também, na pecuária de corte (grandes proprietários).

Os agentes repassadores do Crédito Rural (rede de bancos), mesmo dispondo de assessoramento técnico (Extensão Rural), são bancos comerciais e atuam segundo os cânones das normas gerenciais capitalistas, dentre os quais podemos ressaltar a previsibilidade de retorno do crédito concedido, assim como a reciprocidade nas transações.

O emprego de técnicas modernas em estabelecimentos (acima de 100 hectares) voltados para a produção agropecuária "comercial", tem-se verificado mais em função de pressões das indústrias produtoras de máquinas e insumos, do que mesmo, de suas reais necessidades. É frequente encontrar-se em estabelecimentos agrícolas, máquinas e tratores encostados ou sub-utilizados, na maioria dos casos, pela falta de preparo do agricultor para utilizar racionalmente tais equipamentos, adquiridos muitas vezes, pela facilidade de financiamentos. (39)

A introdução de novas técnicas, de produção na agropecuária tem tido dois efeitos, ambos ligados à liberação de mão-de-obra: a migração para os centros urbanos, em primeiro lugar, e a pulverização do minifúndio, (cerca de 86% dos imóveis existentes no Estado, Anexo 16) e a consti-

(39) Até pouco tempo era comum as indústrias fabricantes de máquinas pressionarem o governo para conceder crédito para tais financiamentos.

tuição de estratos sociais miseráveis, vinculados precariamente a terra em segundo lugar. Por outro lado, os programas especiais do governo (Polonordeste, Projeto Sertanejo, etc.) tem servido para tornar mais racional o emprego de novas tecnologias pelos pequenos produtores rurais, isto é, dentro da realidade fundiária e cultural existente, o que não significa dizer que tais programas estão obtendo êxito absoluto, mesmo porque, estamos enfrentando uma série de anos atípicos.

A utilização do crédito agrícola em atividades desvinculadas da agro-pecuária, evidencia que a modernização (via crédito rural), tem assumido um papel ambíguo, isto é, mais especulativo, do que mesmo o de modernizar a agropecuária, uma vez que, o Crédito Rural se propõe entre outros objetivos, "incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo". (MCR, 1974).

Uma prova do caráter ambíguo do Crédito Rural, traduz-se no fato de que, os projetos elaborados para obtenção do mesmo junto à rede de bancos, obriga os produtores rurais a usarem certa quantidade de "insumos", a adotarem certas "práticas modernas" e a aceitarem a "assistência técnica", sem no entanto, se encontrarem motivados para tal.

Os recursos destinados ao financiamento de produtos direcionados ao mercado (comercial) vem comprovar a concentração de tais recursos (Anexo 25). A própria política creditícia adotada pelo governo tem contribuído para agravar o problema fundiário, (cerca de 73% dos estabelecimentos encontram-se no estrato de área abaixo de 10 hectares - Anexo 1), na medida em que concede financiamento subsidiado aos médios e grandes proprietários e esses, desviando tais recursos, passam a adquirir novas áreas de terras.

Por conseguinte a Paraíba encontra-se frente a presença de dois tipos de agricultura: de um lado, a "agri-

cultura de mercado" e do outro, uma "agricultura de subsistência".

A participação na distribuição do Crédito Rural entre as diversas Regiões Administrativas, onde as grandes propriedades são hegemônicas, assume um caráter nitidamente desigual (Anexo 21), uma vez que, a liderança de seus proprietários, assim como suas influências de ordem política (poder de barganha) exercem uma forte influência na quantidade de recursos alocadas nestas regiões. Além disso, verifica-se uma concentração de recursos "por produto" (Anexo 24), na medida de sua importância comercial.

A absorção de novas tecnologias está diretamente vinculada às variáveis: conhecer, poder e querer, atuantes no comportamento do proprietário rural. Por conseguinte, o resultado positivo ou negativo da mudança tecnológica, dependerá da ação interdependente dessas variáveis, uma vez que, o poder e a informação concentram-se nas mãos de poucos proprietários. O pequeno proprietário só absorverá novas tecnologias se dispuser do conhecimento da técnica e se estiver disposto a colocá-la em prática e que não lhe ofereça riscos. Os médios e grandes proprietários, dentro de suas disponibilidades financeiras, já que dispõem dos pré-requisitos, estão aptos a adotar inovações tecnológicas, aumentando assim, as diferenças entre as inovações destes, e a dos pequenos proprietários.

Com este trabalho, esperamos contribuir para que pesquisadores e estudiosos do crédito rural, possam aprofundá-lo e expandí-lo ainda mais, já que não foi pretensão nosa esgotar todos os assuntos sobre tão importante instrumento de política agrícola. Assim sendo, em decorrência da elevação dos juros do crédito rural a taxas insuportáveis (Pacote de 09/06/83), principalmente pelo Nordeste (razões expostas neste estudo) e pela anunciada "retirada gradual dos subsídios" e ainda, considerando a inviabilidade da agropecuária nordestina sem outras formas compensatórias, sugerimos algumas medidas alternativas de financiamento da agricultura:

- Criação de um sistema alternativo de crédito rural, tipo "Bonus Rurais", usado na Europa e Estados Unidos da América, lançado em mercado por bancos comerciais, sugerida recentemente a sua implantação no Brasil, pelo presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), advogando inclusive que este título poderia conter um certo grau de incentivos fiscais sobre a parcela do imposto incidente sobre os rendimentos;
- Implantação de um esquema análogo ao do Mercado Comum Europeu, que criou um fundo alimentado pela diferença de preços entre os produtos adquiridos no exterior e aqueles do mercado interno. Com estes recursos são financiados programas específicos do interesse de cada país integrante da Comunidade, que às vezes podem ser até antagônicos;
- Aplicação de recursos do programa "FINSOCIAL", em áreas de tensão social e em casos de calamidade pública, na construção de açudes, barreiros, cisternas, estradas vicinais e na implantação de sistemas modernos de irrigação na Região Semi-Árida do Nordeste;
- Autorização ao Ministério da Agricultura, para gerir os negócios creditícios;
- Estruturação do sistema de armazenamento, com um apoio mais efetivo ao processo de comercialização;
- Implantação de cooperativas de Crédito, acopladas às cooperativas de produção, a exemplo do que já ocorre no Estado do Rio Grande do Sul, dentro do lema: "dinheiro do campo para o campo". No caso da América Latina, merece registro

o fato de que na atual crise econômica da Argentina, as cooperativas de crédito foram as instituições que menos sofreram com a situação; e

- Criação de condições competitivas para os produtos agro-pecuários, em relação à produtos originários da indústria.

ANEXOS

ANEXO 1

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS, PARAIBA - 1970/1975

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM HA	1970				1975				TAMANHO MÉDIO	
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	1970	1975
0 - 10	115.842	68,28	372.292	8,12	147.915	73,66	393.086	8,24	3,21	2,65
10 - 100	45.247	26,78	1.291.766	28,19	44.167	21,99	1.280.547	26,84	28,45	28,99
100 - 1000	7.026	0,14	1.938.978	42,31	8.147	4,06	2.030.085	42,55	275,97	249,18
1000 - a mais	1.347	0,80	979.795	21,38	572	0,29	1.066.676	22,37	727,39	1.864,81
TOTAL	169.642	100,00	4.582.831	100,00	200.801	100,00	4.770.394	100,00	-	-

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 2
DISTRIBUIÇÃO DA TERRA SEGUNDO A CLASSE DE ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS NA PARAÍBA
1970 - 1975

CLASSES DE ÁREA	1970		1975	
	Nº de Estabelecimentos	Área ocupada em (ha)	Nº de Estabelecimentos	Área ocupada em (ha)
0 - 1	10.176	5.272	23.291	11.415
1 - 2	29.734	36.457	43.360	51.537
2 - 5	49.301	148.909	54.045	155.485
5 - 10	26.631	181.654	26.213	174.649
10 - 20	20.965	279.411	19.866	263.642
20 - 50	17.172	519.187	16.789	508.750
50 - 100	7.290	493.168	7.512	508.155
100 - 200	4.165	556.232	4.283	573.539
200 - 500	2.861	835.741	3.006	879.351
500 - 1000	817	547.005	858	577.195
1000 - 2000	368	480.918	407	513.438
2000 - 5000	149	406.011	146	409.212
5000 - 10000	10	57.639	14	88.041
10000 - 100000	3	35.227	5	55.980

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico de 1970.
- Sinopse do Censo Agropecuário de 1975.

ANEXO 3

ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS - PARAÍBA - 1970/1975

MICRO-REGIÕES	1 9 7 0		1 9 7 5	
	Coefficiente de Gini	Índice de Concentração de Terras %	Coefficiente de Gini	Índice de Concentração de Terras %
CATOLE DO ROCHA	0,73870	73,88	0,74999	75,00
SERIDÔ PARAIBANO	0,69799	69,80	0,72655	72,65
CURIMATAO	0,77930	77,93	0,80812	80,81
PIEMONTE DA BORBOREMA	0,77387	77,39	0,77110	77,11
LITORAL PARAIBANO	0,84122	84,12	0,85356	85,36
SERTÃO DE CAJAZEIRAS	0,56177	56,16	0,60016	60,02
DEP. DO ALTO PIRANHAS	0,72395	72,39	0,72791	72,79
CARIRIS VELHOS	0,76652	76,65	0,79087	79,09
AGRESTE DA BORBOREMA	0,73914	73,91	0,75836	75,84
BREJO PARAIBANO	0,72410	72,41	0,72637	72,64
AGRO PARTORIL B. PARAÍBA	0,82369	82,37	0,81372	81,37
SERRA DO TEIXEIRA	0,59390	59,39	0,61031	61,03
ESTADO	0,79202	79,20	0,81495	81,49

FONTE: - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.
 - Levantamento do INCRA - 1975.

ANEXO 4

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO LITORAL PARAIBANO - (93)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	13.689	87,91	30.565	11,54	18.355	90,64	31.401	11,47
10 a menos de 100	1.544	9,92	37.248	14,07	1.542	7,61	39.791	14,53
100 a menos de 1.000	295	1,88	83.102	31,39	311	1,53	83.539	30,51
1.000 a menos de 10.000	44	0,29	101.545	38,36	41	0,20	106.767	39,00
10.000 e mais	1	-	12.280	4,64	1	0,20	12.300	4,49
TOTAL	15.573	100,00	264.740	100,00	20.250	100,00	273.797	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 5

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO BREJO PARAIBANO - (98)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	7.238	85,51	21.344	19,63	9.167	89,21	23.121	21,26
10 a menos de 100	1.000	11,81	23.586	21,68	981	8,78	23.786	21,88
100 a menos de 1.000	221	2,62	54.654	50,26	219	1,96	52.218	48,03
1.000 a menos de 10.000	5	0,06	9.165	8,43	6	0,05	9.600	8,83
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.464	100,00	108.749	100,00	11.167	100,00	108.725	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 6

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO DEPRESSÃO DO ALTO PIRANHAS - (95)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Estabelecimentos	Nº de Estabelecimentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Estabelecimentos	Nº de Estabelecimentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	10.719	46,19	48.590	4,26	9.710	44,11	43.199	3,54
10 a menos de 100	10.329	44,51	296.295	25,97	9.928	45,10	298.953	24,49
100 a menos de 1.000	2.009	8,66	512.396	44,91	2.195	9,97	546.781	44,78
1.000 a menos de 10.000	148	0,64	270.764	23,73	178	0,31	311.927	25,55
10.000 e mais	1	-	12.947	1,13	2	0,01	20.000	1,64
TOTAL	23.206	100,00	1.140.992	100,00	22.013	100,00	1.220.860	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 7

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO CATOLÉ DO ROCHA - (89)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Estabelecimentos	Nº de Estabelecimentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Estabelecimentos	Nº de Estabelecimentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	2.916	51,36	12.125	4,62	2.546	49,05	10.828	3,88
10 a menos de 100	2.294	40,41	71.030	27,05	2.161	41,64	68.451	24,55
100 a menos de 1.000	248	7,54	105.248	40,08	443	8,54	113.809	40,83
1.000 a menos de 10.000	38	0,67	64.128	24,44	39	0,75	75.708	27,15
10.000 e mais	1	0,02	10.000	3,81	1	0,02	10.000	3,59
TOTAL	5.677	100,00	262.585	100,00	5.190	100,00	278.796	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 8

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO SERIDÓ PARAIBANO - (90)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	3.675	56,74	15.329	7,53	3.627	57,15	14.529	6,37
10 a menos de 100	2.395	36,98	67.698	33,25	2.266	35,70	67.179	29,44
100 a menos de 1.000	388	5,99	90.754	44,57	430	6,77	104.196	45,66
1.000 a menos de 10.000	19	0,29	29.824	14,65	24	0,38	42.277	18,53
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.477	100,00	203.605	100,00	6.347	100,00	228.181	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 9

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO CURIMATAÚ - (91)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	5.610	71,28	10.036	8,98	10.261	82,51	25.308	11,50
10 a menos de 100	1.883	23,92	52.108	24,59	1.828	14,70	49.452	22,47
100 a menos de 1.000	341	4,33	84.590	39,92	316	2,54	81.462	37,02
1.000 a menos de 10.000	37	0,47	56.169	26,51	31	0,25	63.835	29,01
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.871	100,00	211.903	100,00	12.436	100,00	220.057	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 10

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO PIEMONTE DA BORBOREMA - (92)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	10.322	80,36	28.983	12,60	19.014	88,36	37.587	16,24
10 a menos de 100	2.046	15,93	55.205	23,99	2.049	9,52	54.136	23,39
100 a menos de 1.000	458	3,56	117.601	51,11	424	1,99	103.956	44,93
1.000 a menos de 10.000	19	0,15	28.291	12,30	28	0,13	35.726	15,44
10.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	12.845	100,00	230.080	100,00	21.521	100,00	231.405	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 11

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975

MICRO-REGIÃO SERTÃO DE CAJAZEIRAS - (94)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	6.042	40,35	30.365	5,99	6.346	43,27	28.934	5,43
10 a menos de 100	7.925	52,92	239.517	47,29	7.221	49,24	229.428	43,57
100 a menos de 1.000	993	6,63	207.936	41,06	1.075	7,33	234.003	44,45
1.000 a menos de 10.000	15	0,10	28.649	5,66	23	0,16	34.196	6,49
10.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14.975	100,00	506.467	100,00	14.665	100,00	526.562	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 12

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO DOS CARIRIS VELHOS - (96)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	15.673	60,15	55.973	5,64	21.393	67,35	62.649	6,24
10 a menos de 100	8.492	32,59	253.268	25,53	8.490	26,73	248.452	24,77
100 a menos de 1.000	1.748	6,71	440.944	44,45	1.734	5,46	448.857	44,75
1.000 a menos de 10.000	143	0,55	241.882	24,38	145	0,46	245.176	24,24
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26.056	100,00	992.067	100,00	31.762	100,00	1.003.134	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 13

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO AGRESTRE DA BORBOREMA - (97)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	23.480	87,82	61.945	19,72	25.170	88,75	59.363	18,4
10 a menos de 100	2.756	10,31	70.867	22,57	2.651	9,35	68.102	21,1
100 a menos de 1.000	465	1,74	122.316	38,95	504	1,78	142.515	44,3
1.000 a menos de 10.000	34	0,13	58.910	18,76	33	0,12	52.031	16,2
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26.735	100,00	314.038	100,00	28.363	100,00	322.011	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 14

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO AGROPASTORIL DO BAIXO PARAÍBA - (99)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Es - tabeleci - mentos	Nº de Es - tabeleci - mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	9.469	89,86	19.547	13,64	11.897	91,93	20.410	15,10
10 a menos de 100	863	8,19	21.326	14,88	849	6,56	21.997	16,28
100 a menos de 1.000	184	1,75	54.835	38,26	181	1,40	56.365	41,72
1.000 a menos de 10.000	21	0,20	47.620	33,22	13	0,10	22.683	16,78
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.537	100,00	143.328	100,00	12.941	100,00	135.135	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 15

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS - 1970/1975
MICRO-REGIÃO SERRA DO TEIXEIRA - (100)

CLASSES DE ESTABELECIMENTOS EM ha	1970				1975			
	Nº de Es- tabeleci- mentos	Nº de Es- tabeleci- mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	Nº de Es- tabeleci- mentos	Nº de Es- tabeleci- mentos %	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Menos de 10	7.009	62,45	28.494	13,95	9.635	68,05	35.757	16,13
10 a menos de 100	3.900	34,75	103.618	50,72	4.201	29,67	110.822	49,98
100 a menos de 1.000	313	2,78	64.607	31,62	315	2,25	62.384	28,15
1.000 a menos de 10.000	4	0,02	7.571	3,71	6	0,05	12.769	5,76
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11.226	100,00	204.290	100,00	14.161	100,00	221.732	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.
FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 16
 IMÓVEIS RURAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS - PARAÍBA - 1972

CATEGORIAS	IMÓVEIS	%	ÁREA (ha)	%
Minifúndio	94.859	86,2	1.294.508	27,4
Empresa Rural	1.091	1,0	300.697	6,3
Latifúndio por Exploração	14.052	12,8	3.088.280	65,3
Latifúndio por Dimensão	3	-	46.486	1,0
TOTAL	110.005	100,0	4.729.971	100,0

FONTE: Estatísticas Cadastrais - INCRA - 1972.

ANEXO 17

PERCENTUAIS DAS FORMAS DE POSSE DA TERRA SEGUNDO AS MICRO-REGIÕES - PARAÍBA - 1975

MICRO - REGIÕES	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA (ha)	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA (ha)	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA (ha)	ESTABELE - CIMENTO	ÁREA (ha)
Catolé do Rocha	85,80	93,04	2,06	1,30	0,78	0,30	11,36	5,36
Seridô Paraibano	71,27	89,53	2,50	2,09	4,10	1,92	22,13	6,46
Curimataú	51,70	91,28	17,87	2,93	8,37	2,21	22,06	3,58
Piemonte da Borborema	42,45	87,50	34,36	6,57	0,13	0,80	23,06	5,13
Litoral Paraibano	26,66	88,30	29,15	4,65	0,46	0,40	43,73	6,65
Sertão de Cajazeiras	86,18	90,87	5,05	2,66	2,44	3,34	6,33	3,13
Depressão do Alto Piranhas	75,63	90,10	8,02	3,76	4,75	2,59	11,60	3,55
Cariris Velhos	58,02	90,80	10,58	1,04	6,10	1,56	25,30	6,60
Agreste da Borborema	48,94	87,05	19,53	3,75	8,28	2,45	23,25	6,75
Brejo Paraibano	54,26	86,66	17,45	5,92	9,74	2,22	18,55	5,20
Agropastoril do Baixo Paraíba	24,35	82,58	49,77	8,47	0,28	3,33	25,60	5,62
Serra do Teixeira	69,70	88,03	0,97	1,19	10,68	2,89	18,65	7,89
ESTADO	55,05	89,72	17,80	3,05	4,88	2,08	22,27	5,15

FONTE: FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.

ANEXO 18
 PERCENTUAIS DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS SEGUNDO AS MICRO-REGIÕES
 PARAÍBA - 1970

MICRO-REGIÕES	ÁREA	LAVOURAS		PASTAGENS		MATAS E FLORESTAS		Terra sem descanso e Terras Pro- dutivas não utilizadas	Terras Irriga- das
		Perma- nentes	Tempo- rais	Natu - rais	Planta- das	Natu - rais	Planta - das		
Catolé do Rocha	262.583	11,46	10,31	56,31	0,18	3,63	-	10,54	0,17
Seridó Paraibano	203.604	17,73	7,62	55,91	0,86	7,12	0,05	4,00	-
Curimataú	211.901	14,14	13,66	48,61	2,03	4,66	0,03	11,06	0,01
Piemonte da Borborema	230.079	4,93	18,87	50,94	7,05	6,16	0,12	7,47	0,15
Litoral Paraibano	264.740	7,97	16,78	11,92	2,57	18,33	0,09	26,44	0,95
Sertão de Cajazeiras	506.467	27,34	5,24	23,75	0,37	26,20	0,12	12,67	0,16
Depressão do Alto Piranhas	1.140.992	18,25	7,24	37,87	0,51	16,61	0,08	12,68	0,56
Cariris Velhos	992.066	10,37	7,28	67,48	0,85	1,38	0,04	5,02	0,08
Agreste da Borborema	314.037	9,02	22,07	46,81	2,37	6,77	0,13	6,77	0,04
Brejo Paraibano	108.747	13,64	32,13	13,76	5,26	11,57	0,31	15,83	0,42
Agropastoril do Baixo Pa- raíba	143.327	1,86	26,55	45,59	3,80	5,46	0,05	11,34	0,93
Serra do Teixeira	204.289	20,54	16,09	16,08	1,57	13,48	0,15	32,37	-
ESTADO	4.582.831	14,53	11,26	43,40	1,47	10,95	0,08	11,48	0,29

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970.

ANEXO 19

CRÉDITO RURAL UTILIZADO NO ESTADO DA PARAÍBA - 1969/1976

A N O	Nº CONTRATOS	VALOR FINANCIADO		VALOR MÉDIO POR CONTRATO (Cr\$ CONSTANTES)
		(Cr\$) CORRENTES	(Cr\$) CONSTANTES	
1969	14.183	76.323.000,00	39.752.000,00	2.803.000,00
1970	13.657	68.228.000,00	29.664.000,00	2.172.000,00
1971	22.236	152.570.000,00	55.079.000,00	2.477.000,00
1972	21.302	152.213.000,00	46.979.000,00	2.205.000,00
1973	23.174	260.838.000,00	69.929.000,00	3.018.000,00
1974	28.380	447.415.000,00	93.211.000,00	3.284.000,00
1975	30.851	824.564.000,00	134.513.000,00	4.360.000,00
1976	33.946	1.361.051.000,00	157.165.000,00	4.630.000,00

FONTE DOS DADOS: - Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural - COMCRED. Vol. IV
Região Nordeste.

ANEXO 20

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL ORIENTADO POR FINANCIAMENTO NO ESTADO DA PARAÍBA - 1969/1982

A N O	Nº DE FINANCIAMEN TO	M O N T A N T E (Cr\$)	MÉDIA POR FINANCIAMENTO (Cr\$)
1969	386	2.635.688,00	6.828,20
1970	1.180	5.529.732,00	4.686,21
1971	1.517	18.097.598,47	11.929,85
1972	1.078	16.370.189,00	15.185,84
1973	846	23.600.949,00	27.897,10
1974	838	52.163.132,00	62.247,17
1975	880	61.270.175,51	69.625,19
1976	1.138	109.868.552,18	95.545,30
1977	3.378	270.122.573,00	79.965,00
1978	3.507	270.905.326,00	77.247,00
1979	6.231	632.878.640,00	101.569,00
1980	14.049	1.269.916.000,00	90.391,90
1981	12.191	3.255.620.000,00	266.222,62
1982	6.538	3.596.121.167,85	550.033,80

FONTE DOS DADOS BRUTOS: - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMATER/PB.

ANEXO 21

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL ORIENTADO POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS - 1981/1982

REGIÃO ADMINISTRATIVA	Nº DE FINANCIAMENTOS		VALOR DOS FINANCIAMENTOS (Cr\$)			
	1981	1982	1981	%	1982	%
Catolé do Rocha	2.423	1.478	586.975.000,22	18,0	803.481.939,00	22,3
Guarabira	1.093	332	184.497.000,00	5,7	138.457.404,85	3,9
Campina Grande	2.059	1.744	774.397.000,63	23,8	807.613.644,00	22,5
Patos	324	274	140.010.000,38	4,3	262.322.614,00	7,3
Sousa	2.195	1.055	527.085.000,91	16,2	625.883.618,00	17,4
Areia	885	459	249.844.000,35	7,7	202.749.997,00	5,6
Itaporanga	700	322	251.175.000,08	7,7	247.374.518,00	6,9
Itabaiana	1.438	394	168.839.000,00	5,2	128.682.000,00	3,6
Princesa Isabel	484	262	109.380.000,82	3,3	134.791.000,00	3,7
João Pessoa	590	218	263.414.000,69	8,1	244.844.433,00	6,8
TOTAL	12.191	6.538	3.255.620.984,98	100,0	3.596.121.167,85	100,0

FONTE DOS DADOS: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMATER/PB.

ANEXO 22
DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL ORIENTADO POR
PRODUTO NO ESTADO DA PARAÍBA - 1980

PRODUTO	Nº DE FINANCIAMENTOS	VALOR DOS FINANCIAMENTOS (Em Cr\$)
Algodão Arbóreo	4.330	354.732.000,00
Algodão Herbáceo	1.307	222.431.000,00
Abacaxi	59	25.531.000,00
Arroz	219	6.724.000,00
Açafrão	17	214.000,00
Amendoim	13	254.000,00
Alho	05	575.000,00
Banana	154	7.615.000,00
Batata Doce	05	447.000,00
Batata Inglesa	15	649.000,00
Coco	11	227.000,00
Cana-de-Açúcar	169	130.958.000,00
Café	08	532.000,00
Citrus (Laranja)	03	128.000,00
Fumo	17	5.171.000,00
Feijão	130	4.364.000,00
Inhame	132	19.588.000,00
Mandioca	77	3.622.000,00
Milho	120	4.002.000,00
Sisal	84	21.331.000,00
Olericultura	105	54.507.000,00
Tomate	11	2.842.000,00
Consórcios	4.536	97.594.000,00
Avicultura	17	13.991.000,00
Bov. de Corte	1.812	212.772.000,00
Bov. de Leite	574	56.124.000,00
Bov. Mista	84	10.680.000,00
Caprino/Ovino	31	10.734.000,00
Suinocultura	04	1.577.000,00
TOTAL	14.049	1.269.916.000,00

FONTE DOS DADOS: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMATER/PB.

ANEXO 23
DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL ORIENTADO
POR PRODUTO NO ESTADO DA PARAÍBA - 1981

(continua)

PRODUTO	Nº DE FINANCIAMENTOS	VALOR DOS FINANCIAMENTOS (Em Cr\$)
Algodão Arbóreo	3.067	475.631.000,00
Algodão Herbáceo	1.502	437.532.000,00
Abacaxi	60	47.871.000,00
Arroz	380	43.163.000,00
Açafrão	19	370.000,00
Amendoim	08	200.000,00
Alho	78	16.028.000,00
Banana	212	64.607.000,00
Batata Doce	15	1.601.000,00
Batata Inglesa	25	2.416.000,00
Coco da Baía	44	2.209.000,00
Cana-de-Açúcar	149	174.601.000,00
Café	04	266.000,00
Citrus (Laranja)	02	64.000,00
Fumo	12	6.704.000,00
Feijão	581	52.713.000,00
Inhame	66	9.794.000,00
Mandioca	97	11.795.000,00
Milho	561	52.628.000,00
Sisal	62	19.422.000,00
Olericultura	79	38.259.000,00
Tomate	91	83.260.000,00
Consórcios	2.268	48.797.000,00
Avicultura	12	10.652.000,00
Bov. de Corte	1.438	344.978.000,00
Bov. de Leite	328	54.489.000,00
Bov. Mista	172	82.892.000,00
Caprino/Ovino	50	28.479.000,00
Suinocultura	05	4.370.000,00
Cará-da-Costa	49	17.838.000,00
Uva	02	713.000,00

(conclusão)

PRODUTO	Nº DE FINAN- CIAMENTOS	VALOR DOS FINANCIA - MENTOS (Em Cr\$)
Mamão	02	1.018.000,00
Sorgo Forrageiro	21	2.032.000,00
TOTAL	11.461	2.137.392.000,00

FONTE DOS DADOS: Empresa de Assitência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMATER-PB.

ANEXO 24
DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL ORIENTADO
POR PRODUTO NO ESTADO DA PARAÍBA - 1982

(continua)

PRODUTO	Nº DE FINAN CIAMENTOS	VALOR DOS FINANCIAMEN TOS (Cr\$)
Algodão Arboreo	1.805	596.530.820,00
Algodão Herbáceo	1.698	652.633.283,00
Cana-de-Açúcar	128	218.244.677,00
Abacaxi	62	70.212.394,20
Feijão	1.031	101.061.317,00
Mandioca	117	19.968.511,00
Milho	1.003	101.253.857,00
Batata Inglesa/Alg. Herbáceo	35	4.182.516,00
Mandioca/Feijão	133	17.102.854,00
Banana/Feijão	01	1.043.000,00
Alho	151	31.481.332,00
Tomate	172	163.678.114,90
Sisal	39	17.513.657,00
Banana	270	121.598.886,00
Olericultura	53	22.011.359,00
Cará-da-Costa	97	35.675.385,00
Batata Doce	24	2.756.676,00
Açafrão	22	527.200,00
Arroz	542	79.602.404,00
Uva	03	1.425.000,00
Coco da Baía	76	4.192.852,00
Fumo	06	8.236.948,00
Reflorestamento	16	12.780.275,00
Formação de Pastagens	22	4.989.560,00
Agricultura (Investi- mento)	12	101.218.513,00
Amendoim	02	146.100,00
Mamão	03	2.035.487,00

(conclusão)

PRODUTO	Nº DE FINANCIAMENTOS	VALOR DOS FINANCIAMENTOS (Cr\$)
Sorgo Forrageiro	42	4.064.721,00
Provárzeas	03	12.532.549,00
Emergência	31	7.941.781,25
Biodigestor	05	1.157.839,00
Bovinocultura de Corte	1.065	477.185.634,00
Bovinocultura de Leite	82	52.854.430,00
Bovinocultura Mista	259	155.104.354,00
Avicultura	07	7.312.698,00
Suínocultura	05	7.163.644,00
Caprino/Ovinocultura	69	46.223.829,00
Pecuária (Investimento)	53	74.833.049,00
Recursos Hídricos	103	67.359.351,00
Construções Rurais	20	3.361.814,00
Aquisição de Máquinas e Implementos	05	2.569.550,00
Eletrificação Rural	01	364.000,00
Projetos Sociais	23	18.540.000,00
TOTAL	6.538	3.596.121.167,85

FONTE DOS DADOS: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMATER/PB.

ANEXO 25

PARTICIPAÇÃO NO NÚMERO E VALOR DOS FINANCIAMENTOS DE ALGUNS PRODUTOS TÍPICOS COMO "COMERCIAIS" E
 "SUBSISTÊNCIA" - PARAÍBA - 1980/1982

PRODUTO	Nº DE FINANCIAMENTOS			VALOR DOS FINANCIAMENTOS (CR\$)		
	1980	1981	1982	1980	1981	1982
(+) Algodão	5.637	4.569	3.503	577.163.000,00	913.163.000,00	1.249.164.103,00
Cana-de-açúcar	169	149	128	130.958.000,00	174.601.000,00	218.244.677,00
Abacaxi	59	60	62	25.531.000,00	47.871.000,00	70.212.394,20
Sisal	84	62	39	21.331.000,00	19.422.000,00	17.513.657,00
Batata Inglesa	15	25	35	649.000,00	2.416.000,00	4.182.516,00
Bovinocultura de Corte	1.812	1.438	1.065	212.772.000,00	344.978.000,00	477.185.634,00
TOTAL	7.776	6.303	4.832	968.404.000,00	1.502.451.000,00	2.036.502.981,20
(++) Feijão	130	581	1.031	4.364.000,00	52.713.000,00	101.061.317,00
Milho	120	561	1.003	4.002.000,00	52.628.000,00	101.253.857,00
Arroz	219	380	542	6.724.000,00	43.163.000,00	79.602.404,00
Mandioca	77	97	117	3.622.000,00	11.795.000,00	19.968.511,00
Inhame	132	66	-	19.588.000,00	9.794.000,00	-
Batata Doce	05	15	24	447.000,00	1.601.000,00	2.756.676,00
TOTAL	683	1.700	2.717	38.747.000,00	171.694.000,00	304.642.765,00

FONTE DOS DADOS: - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMATER-PB.

(+) Produtos "Comerciais"

(++) Produtos "Subsistência".

ANEXO 26

NÚMERO DE TRATORÉS EXISTENTES E HORAS TRABALHADAS - PARAÍBA - 1974/1978

ANO	NÚMERO DE TRATORÉS	HORAS TRABALHADAS
1974	1.207	724.200
1975	1.440	864.000
1976	1.882	1.129.200
1977	2.252	1.351.200
1978	2.626	1.575.600

FONTE: Pesquisa feita junto aos revendedores do Estado da Paraíba - Fev. 1979.

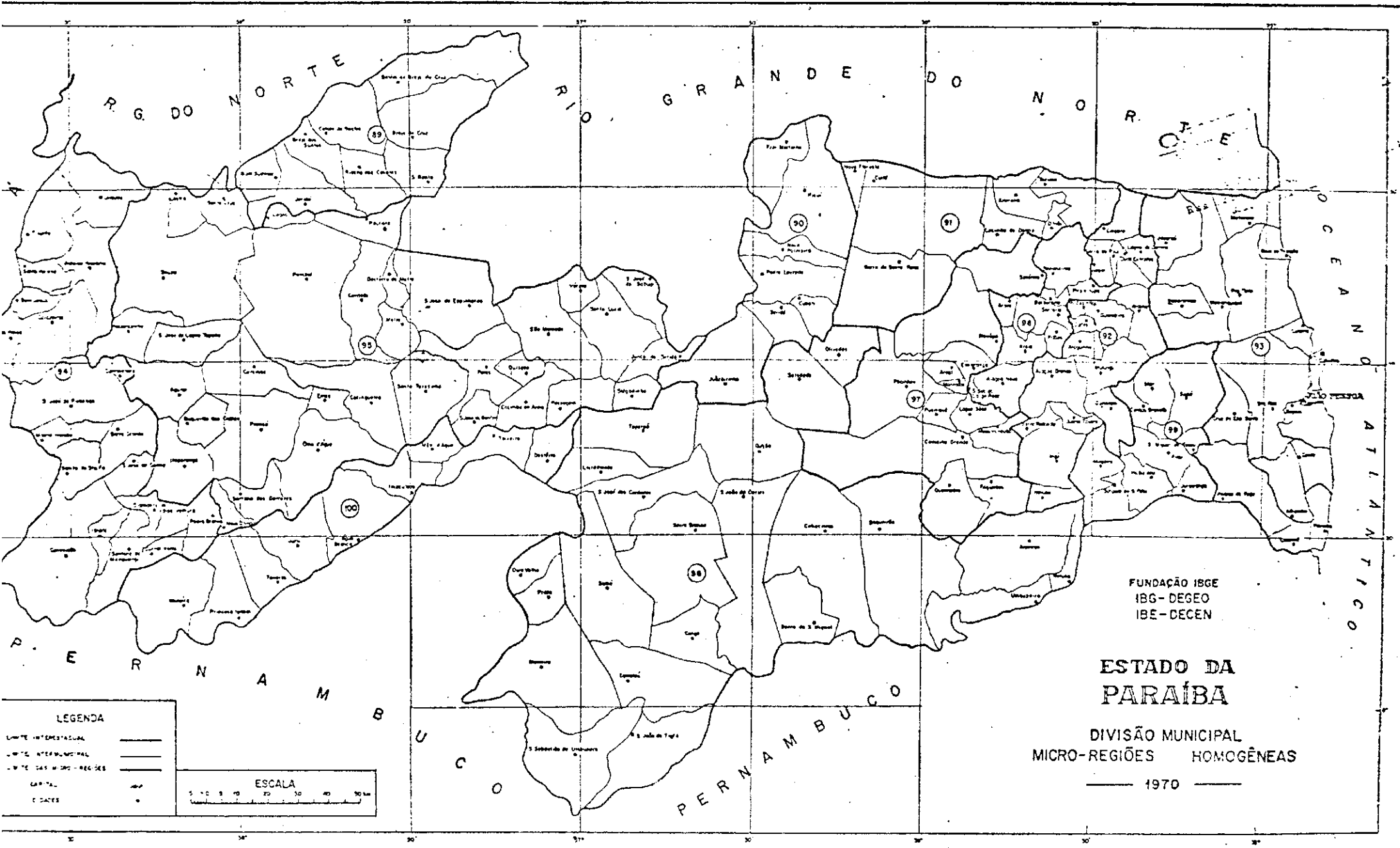
ANEXO 27

COMPORTAMENTO DOS SERVIÇOS DE MECANIZAÇÃO - PARAÍBA - 1974/1978

ANO	ÁREA PLANTADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS (ha)	ÁREA PREPARADA (ha)	% RELATIVO A ÁREA PLANTADA
1974	1.204.973	120.700	10,01
1975	1.265.987	144.000	11,37
1976	1.500.255	188.200	12,54
1977	1.521.304	225.200	14,80
1978	1.377.888	262.600	19,05

FONTE: Plano Anual de Produção e Abastecimento - PAPA - 1977/78 - CEPA/PB

GCEA/EMATER/PB - Cálculos CEPA/PB - Fev. 1979.

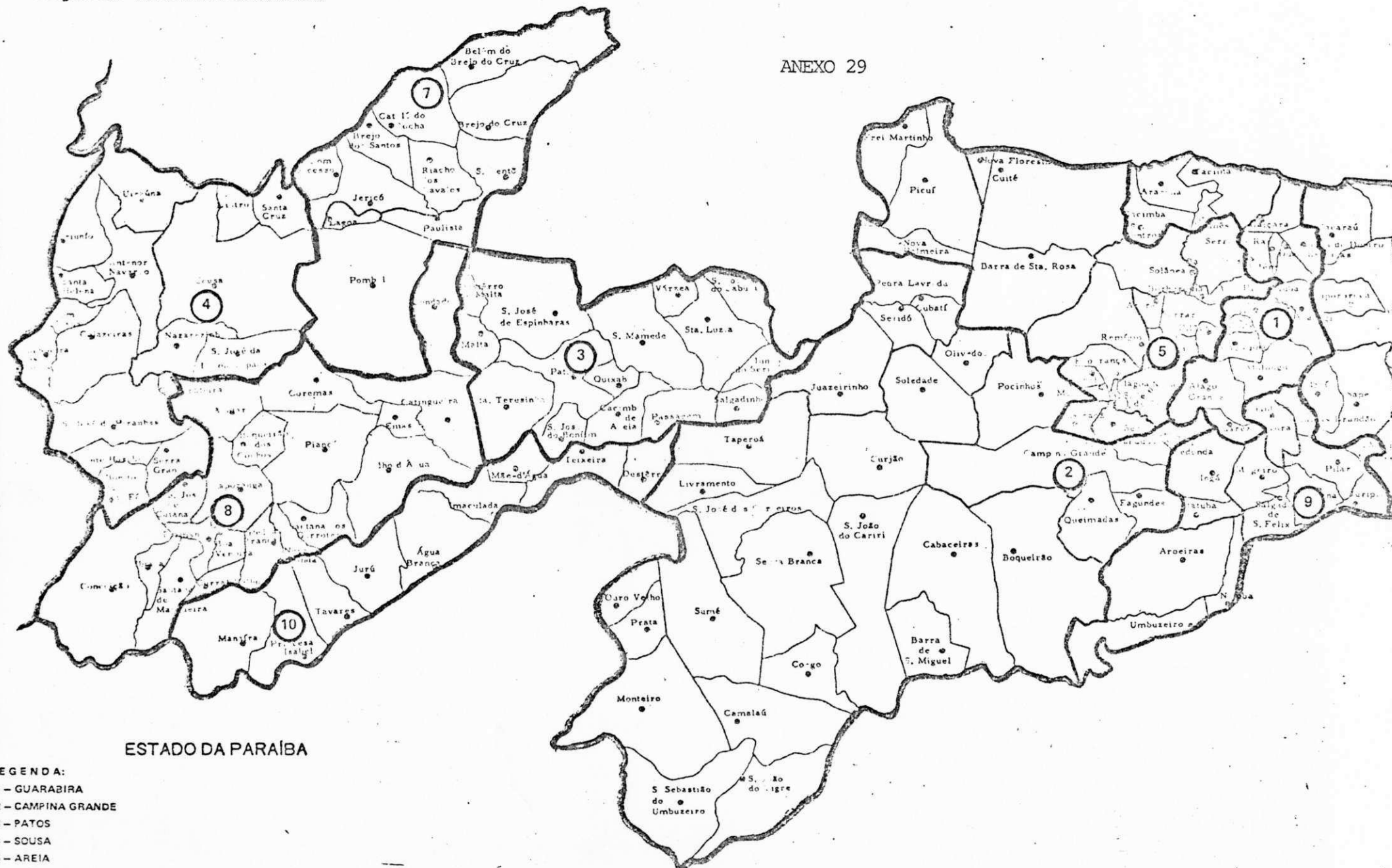


FUNDAÇÃO IBGE
 IBG-DESEGO
 IBE-DECEN

**ESTADO DA
 PARAÍBA**

DIVISÃO MUNICIPAL
 MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS

1970



ESTADO DA PARAÍBA

LEGENDA:

- 1 - GUARABIRA
- 2 - CAMPINA GRANDE
- 3 - PATOS
- 4 - SOUSA
- 5 - AREIA
- 6 - JOÃO PESSOA
- 7 - CATOLÉ DO ROCHA
- 8 - ITAPORANGA
- 9 - ITABAIANA
- 10 - PRINCESA ISABEL

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALENCAR FERNANDES, A. R. de. Apreciação das Políticas Governamentais para o Setor Agrícola do Nordeste. In: Revista de Economia Rural. Brasília, SOBER, 1981. vol. 19. Nº Especial. pág. 7-16.
- ÁLVARES DA SILVA, Antônio Ferreira. Execução da Política de Crédito Rural. Palestra pronunciada na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. EMATER. 1977.
- ALVES, E. R. de A. & PASTORE, A. C. A Política Agrícola do Brasil e Hipótese da Inovação. In: IICA-OEA, Informes de Conferências, cursos y reuniones. Montevideo, 1975. Nº 69. pág. 123-143.
- AMIN, Adib Jamil et alii. Crédito Rural Geral -- Retrospectiva da Agropecuária. Rio de Janeiro, 1980. pág. 61.
- BASTOS, E. G. Farming in the Brazilian Sertão: Social Organization and Economic Behavior Cornell University. USA. 1980.

BRASIL. SUDENE; DRH; UFPe; UFPb. Dinâmica das Micro - regiões de Intensa Atividade Migratória. Recife, SUDENE. 1980. 4 v. il.

_____. Polonordeste: Diretrizes para o Planejamento. 1977.

_____. Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN. 1976/1979. Documento Técnico. INAN. 1976.

_____. Carta de Brasília. Congresso Nacional de Agropecuária. 1. Brasília, 1976.

_____. Manual do Crédito Rural (MCR). Banco Central do Brasil. GRECI. 1974.

_____. Lei nº 4.829 de 05 de novembro de 1965. Institucionalização do Crédito Rural.

_____. Banco Central do Brasil. Resoluções: Nº 69 de Agosto de 1967, Nº 181 de 1971, Nº 260 de 1973. Nº 580 de 29 de novembro de 1979. Carta Circular: Nº 430 de 18 de abril de 1980, nº 522 de 18 de abril de 1980, nº 637 de 1981.

_____. II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) - (1975/1979). Rio de Janeiro, FIBGE. 1974. 149 p.

_____. Lei Nº 4.505, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra). IBRA. Brasília, 1967.

_____. Decreto-Lei Nº 57, de 18 de novembro de 1966. Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, 1966.

CASTRO, Antônio Barros de. Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira. 2a. edição. Forense. Rio de Janeiro. 1972. Vol. 1. 193 p.

CASTRO, José Prazeres Ramalho de. Geração e Transferência de Tecnologia: A Hipótese da Demanda. In: Revis-

ta de Economia Rural, Brasília, SOBER, 1981. Vol. 19
Nº Especial. pág. 161-173.

CEPA/PB. Aspectos da Estrutura Fundiária do Estado da
Paraíba. CEPA/PB. João Pessoa. (s.n.t.) 89 p.

CARVALHO, Ivo. Estudo do Crédito Rural. APEC Editora
S/A, Rio de Janeiro, 1971. 111 p.

COSTA, José. Assistência Técnica e Crédito Rural em
Área do Brejo Paraibano: Uma Avaliação Econômica. Se-
cretaria de Planejamento e Coordenação Geral. João
Pessoa, 1977. 100 p.

CRÉDITO RURAL: Um Marco na História da Economia. In:
Diário de Pernambuco. Recife, 11/08/81. p. A-12.

DIAS, Guilherme Leite da Silva & REZENDE LOPES, Mauro
de (Ed.). Seminário de Política Agrícola: Coletânea
de Artigos Técnicos, Comissão de Financiamento da
Produção. 1982, p. 19.

ECHEVERRIA, José Medina. A Situação Rural na América
Latina. In: A Agricultura Subdesenvolvida, Caminhos
Brasileiros 2. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, Rio
de Janeiro, 1969.

ECONOMIA PARAIBANA. Análise Conjuntural Nº 1. Fundação
Instituto de Planejamento da Paraíba - FIPLAN -
João Pessoa, Jun/74.

. Análise Conjuntural Nº 14. Secretaria de Plane-
jamento e Coordenação Geral - Fundação Instituto
de Planejamento da Paraíba - FIPLAN - João Pessoa,
1980.

EMATER/PB. Relatório de Atividades. João Pessoa, 1982.

EMBRATER. Estratégia para o Desenvolvimento Rural. Bra-
sília, 1980. 15 p.

ESTUDOS ECONÔMICOS. Institutos de Pesquisas Econômi-
cas - IPE-USP. São Paulo, Vol. 1. Nº 1. Jan/Mar de
1981.

FERREIRA IRMÃO, José. Impacto dos Investimentos nos Programas de Irrigação e Proterra. In: Revista de Economia Rural. Brasília, SOBER, Jul/Set. 1981. Vol. 19. Nº 3. pág. 540-553.

FREIRE, Elêusio Curvelo et alii. Desafios Tecnológicos e Ações da Pesquisa na Agricultura de Sequeiro da Região Semi-Árida do Brasil. In: Revista de Economia Rural. Brasília. SOBER. 1981. Vol. 19. Nº 3. pág. 425-464.

GALJART, Benno F. Difusão Cultural, Modernização e Subdesenvolvimento. In: SZMRECSANYI, T. & QUEDA, O. (eds) Vida Rural e Mudança Social. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1973. pág. 70-80.

_____. Desarrollo Agrícola Y Conceptos Sociológicos: Una Crítica. Trabalho apresentado na reunião do Cuadro de Expertos en Sociologia Rural para América Latina. Buenos Aires, 1969.

GUEDES PINTO, Luís Carlos. Notas sobre a Política Agrícola Brasileira. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Apresentadas na Mesa Redonda: "A Agricultura e a Questão da Terra no Brasil", na 30a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo, 09 a 15 de julho de 1978.

_____. Grupos de Interesses e Crédito Rural no Brasil. In: Revista de Economia Rural. Brasília. SOBER. 1981. Vol. 19. Nº Especial. Pág. 65-83.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1968. 255 p.

IANNI, Octávio. Relações de Produção e Proletariado Rural. In: SZMRECSANYI, T. & QUEDA, O. (eds), Vida Rural e Mudança Social. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1973, pág. 184.

IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975.
FIBGE. Rio de Janeiro, 1977, vol. 5.

_____. Censo Agropecuário - 1970. FIBGE. Rio de Janeiro.
ro.

_____. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário. Paraíba, 1980. FIBGE. Rio de Janeiro.

INCRA. Estatísticas Cadastrais, 1972. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Brasília. 1974/76/77.

JATOBÁ, Jorge. Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro: Uma visão abrangente com Especial Atenção para a agricultura e a política agrícola .
In: Revista de Economia Rural. Brasília. SOBER, 1981. Vol. 19. Nº 3. Pág. 372-373.

JUNQUEIRA, José Ricardo. Política Agrícola. In: Seminário de Agricultura. 1980.

LIEBHARDT, Marcelo Ernesto. O Sistema Cooperativo Agrícola Brasileiro: Comercialização, Integração Vertical e Crédito. Coleção Análise e Pesquisa. Comissão de Financiamento da Produção-CFP. Brasília, 1982. Vol. 23. 88 pág.

MARTINS, José de Sousa. Capitalismo e Tradicionalismo. Livraria Editora Pioneira. São Paulo, 1975, 161 p.

MELLO, Maria da Conceição d'Incao e. O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria. Editora Vozes. 3a. edição. Petrópolis, 1976. 154 p.

MELLOR, John W. O Planejamento do Desenvolvimento Agrícola. Tradução de Ronaldo Sérgio de Biasi. Edições O Cruzeiro. Rio de Janeiro. 1977.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Legislação - ITR - Taxa de Serviços Cadastrais. Contribuição ao INCRA. - Lei, Decreto e Instruções Especiais. Departamento de Cadastro e Tributação - INCRA. Brasília, 1981. 247 p.

_____. Programa Trienal de Difusão do Uso de Fertilizantes do Nordeste. ANDA/BNB/MA. Brasília, 1972-1974.

_____. Levantamento Sistemático da Produção - IBGE/GCEA/MA. Brasília. Março/83.

MOLINA FILHO, José. Um Modelo Estrutural para os Estudos de Difusão de Inovações na Agricultura Brasileira. In: Revista de Economia Rural. Brasília. SOBER. Jul/Set. 1981. Vol. 19. Nº 3. Pág. 465-481.

NUNES CORRÊA, Adolfo. Difusão de Tecnologia na Agricultura. In: Revista de Economia Rural. Brasília. SOBER. 1981. Vol. 19. Nº Especial. 175 p.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião - SUDENE - Nordeste - Planejamento e Conflitos de Classe. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977. 132 p.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura. Série Leituras Técnicas Seleccionadas - nº 2. ABCAR. Rio de Janeiro. 1972.

_____. Bases de uma Política para a Melhoria Técnica da Agricultura Brasileira. In: A Agricultura Subdesenvolvida. Caminhos Brasileiros - 2. Ed. Vozes Ltda. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1969. pág. 204-251.

_____. Reflexões sobre as Tendências da Produção, da Produtividade e dos Preços do Setor Agrícola do Brasil. In: A Agricultura Subdesenvolvida. Caminhos

Brasileiros - 2, Ed. Vozes Ltda, Petropólis, Rio de Janeiro. 1969, pág. 167-794,

PAIXÃO, Moacyr. As Formas Sociais da Utilização da Terra e os Setores Agrícolas Predominantes. In: A Agricultura Subdesenvolvida. Caminhos Brasileiros - 2. Ed. Vozes Ltda. Petropólis. Rio de Janeiro 1969 pág. 67-96.

PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. In: A Agricultura Subdesenvolvida. Caminhos Brasileiros - 2. Ed. Vozes Ltda. Petropólis. Rio de Janeiro. 1969. pág.9-22.

POLÍTICA AGRÍCOLA. Banco Central Prejudica Assistência Técnica. Jornal do Engenheiro Agrônomo-JEA. Órgão Oficial da AEASP. São Paulo. Junho/1981. p. 13-14.

_____. Os Desvios do Crédito. Jornal do Engenheiro Agrônomo - JEA. Órgão Oficial da AEASP. São Paulo, Junho/1981. p. 15.

REZENDE LOPES, Mauro de & SCHUH, George Edward. A Mobilização de Recursos da Agricultura: Uma Análise de Política para o Brasil. Coleção Análise e Pesquisa. Vol. 8. Brasília. Março/1979.

RODRIGUES BALEEIRO, Renan. A Estrutura Fundiária como Fator Limitante do Desenvolvimento Agrícola. In: Revista de Economia Rural. Brasília. SOBER, 1981. V. 19. Nº Especial. p. 17-22.

SÁ JUNIOR, Francisco. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. In: Seleções CEBRAP. 1. Editora Brasiliense. Edições Cebrap - São Paulo, 1976. p. 79.

SANDERS Jr., John Houston & HOLANDA, Antônio Dias. Elaboração de Nova Tecnologia para Pequenos Agricultores.

- tores: Um Estudo de Caso na Zona Semi-Árida do Nordeste Brasileiro, In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza. 1977. Nº 4. Out/Dez. Vol. 8.
- SAYCOL, J. Especulação Financeira - Crédito Subsidiado e Preço da Terra. Apostila, USP. São Paulo. 1980.
- SCHULTZ, Theodore W. A Transformação da Agricultura Tradicional. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1980. 207 pág.
- SEMINÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA. In: DIAS, Guilherme Leite da Silva & REZENDE LOPES, Mauro de. (eds). Coleção de Artigos Técnicos. Vol. 25. Comissão de Financiamento da Produção-CFP. Brasília. Set/1982. 154 pág.
- SILVA, José Teixeira da. Distribuição dos Recursos de Crédito Rural e Assistência Técnica em Minas Gerais - XVI Reunião Anual da SOBER, (mimeografado). Fortaleza, Agosto/1978.
- _____. Crédito Rural como Instrumento de Avaliação de Programas de Agricultura de Baixa Renda - O Caso do PRODEMATA em Minas Gerais. EMATER/MG. 1980.
- SILVA, Geraldo Targino da. Estudo sobre a Aplicação dos Programas de Crédito Rural no Estado da Paraíba, junto ao Pequeno Produtor, durante os anos de 1976/1978. Trabalho apresentado a Cadeira de Comercialização Agrícola, no Mestrado em Sociologia, com área de concentração em Sociologia Rural, da Universidade Federal da Paraíba - Campus II. Campina Grande, 1979.
- SILVA, Severino Ramos da. Problemas na Difusão de Tecnologia aos Pequenos Produtores do Nordeste Semi-Árido. In: Revista de Economia Rural. Brasília, SOBER, 1981. Vol. 19. Nº 3, Jul/Set. pág. 465-481.

SILVA, J. Graziano da; KAGEYAMA, A.A.; SIMON, E. J.; SOUZA, F. G. A.; PINHEIRO, F. A.; MEDEIROS, L. S. de; ANTUNIASSI, M. H. R.; PEREIRA, S. M. P. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo. Hucitec. 1978. 267p

SILVA, Zezuca Pereira da^s. Uso e Eficiência do Crédito Rural e dos Fatores de Produção: Jardinópolis e Guaíra - Estado de São Paulo. Ano Agrícola. 1971/1972. Piracicaba. São Paulo. S. ed. 1973. 140 p.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. A Influência de Restrições de Crédito na Organização da Produção Agrícola. Coleção Análise e Pesquisa. Vol. 3. MA/CFP. Brasília, 1979. 55 p.

VEIGA PESSOA, Walter José Oliveira da. As Instituições e a Agricultura de Baixa Renda. O Caso Brasileiro. In: Cadernos Brasil em Debates - nº 1. Publicação do Departamento de Sociologia e Antropologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba - Campus II. Campina Grande, 1983. pág. 11.

VINHAS, Maurício. Notas sobre o Processo de Modernização no Brasil. In: Revista do Instituto de Ciências Sociais.

WEIT, Reanan. Uma Nova Estratégia de Desenvolvimento Rural. Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza. 1978. 319 pág.